

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E
POLÍTICA DA AMAZÔNIA

PRISCILA DA CONCEIÇÃO AGUIAR

“EU NÃO POSSO SONEGAR QUEM EU SOU”: Retomada, Identidade e
Memória do Povo Anapuru Muypurá no Baixo Parnaíba Maranhense.

São Luís- MA
2025

PRISCILA DA CONCEIÇÃO AGUIAR

**“EU NÃO POSSO SONEGAR QUEM EU SOU”: Retomada, Identidade e
Memória do Povo Anapuru Muypurá no Baixo Parnaíba Maranhense.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia.

Orientadora: Prof. Dra. Cynthia Carvalho Martins.

São Luís -MA

2025

Aguiar, Priscila da Conceição.

“Eu não posso sonegar quem eu sou”: retomada, identidade e memória do Povo Anapuru Muypurá no Baixo Parnaíba Maranhense, 2025.

105 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, Universidade Estadual do Maranhão, 2025.

Orientadora: Profa. Dra. Cynthia Carvalho Martins.

1. Povo Anapuru Muypurá. 2. Emergência étnica. 3. Identidade. 4. Imagem. 5. Memória. I.Título.

CDU: 39(812.1=082)

Elaborado por Synara de Azevedo Ferreira – Bibliotecária – CRB 13/932

PRISCILA DA CONCEIÇÃO AGUIAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia.

Orientadora: Prof. Dra. Cynthia Carvalho Martins.

Aprovação 16/12/2025



Documento assinado digitalmente

CYNTHIA CARVALHO MARTINS

Data: 11/06/2026 15:44:40-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Cynthia Carvalho Martins (Orientadora)



Documento assinado digitalmente

PATRICIA MARIA PORTELA NUNES

Data: 10/06/2026 20:57:31-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Patrícia Maria Portela Nunes (Co orientadora)



Documento assinado digitalmente

CINDIA BRUSTOLIN

Data: 11/06/2026 16:57:36-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Cíndia Brustolin (Examinadora externa- DESOC-UFMA)

Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida (Examinador interno)

AGRADECIMENTOS

**“Só quando uma árvore cai alcançamos todos os seus galhos”
(provérbio Africano).**

Dedico esta dissertação à minha ya ori Iemanjá, dona dos meus caminhos e da minha boa sorte.

Agradeço por ter abençoado e guardado meus caminhos, por ter me retirado de todos os lugares que não eram meus e por ter conservado minha mente sã.

Agradeço ao meu pai Cearencinho, à Mãe Maria, M. F. S., dona Florzinha, C. M. M., todos mestres e mestras incansáveis na cura das minhas dores do corpo e da alma.

Agradeço e dedico à minha mãe, Sebastiana Maria da Conceição, que tinha como sonho poder frequentar a escola e achava “a coisa mais bonita da vida ver as crianças passando com o caderninho debaixo do braço para estudar na cidade”.

É um sentimento confuso ser a primeira pessoa da família a escrever uma dissertação de mestrado, depois de ter sido também a primeira a concluir um curso superior. Nesse exato momento, lembro de todas as dificuldades que enfrentei ao longo do curso. Recordo-me das inúmeras vezes em que quis desistir por não acreditar que esse espaço me pertencia, por olhar para trás, para as minhas referências familiares, e não ver ninguém que já tivesse estado onde eu estava, e isso me provocava um mal-estar quase indescritível.

Contudo, apesar dos desafios, encontrei flores no caminho, plantei e colhi boas amizades. Dentre elas, destaco algumas. É provável que eu deixe de citar alguns nomes, não pela falta de importância, mas pela má qualidade da memória. Cito o amigo Lucca Anapuru Muypurá, as amigas Carla, Dayanne, Josi, Zica, Joana, Luana, Manuela, Reinilda, Cristina, Kelliny, Livia e Cris, além dos amigos Leleco, Mateus .

Às crianças Jasmine, Iandro, Enzo, Tauã, Hugo e Kayã, por todo afeto e aprendizado.

Aos meus irmãos, irmãs e sobrinhos.

Agradeço à minha segunda mãe, Anacleto Pires (in memoriam), por sempre ter me incentivado a persistir diante das adversidades.

Aos professores e professoras deste programa, em especial ao professor Alfredo Wagner, pelo incentivo e encorajamento durante o curso.

Ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da

Amazônia – PPGCSPA/UEMA, como um todo.

Ao CNPq, pela bolsa de apoio durante o curso de mestrado.

À minha gentil orientadora, Cynthia Carvalho, por toda a paciência, cuidado e delicadeza desde o início do processo de orientação desta pesquisa.

À professora Patrícia, pelas contribuições valorosas para este trabalho. À professora Cíndia Brustolin, pela colaboração e amizade.

Ao povo Anapuru Muypurá de Brejo e Chapadinha, por terem aceitado me receber em suas casas, por terem aceitado gravar e permitido que este estudo acontecesse. Agradeço em especial à dona Dorzinha, Lucca, Márcio, dona Luiza, Mizia, seu Bezinho, seu Diarroz, dona Doura, Isabel, Vitória e dona Doraci.

À companheira Silvia, por todo amor, incentivo e cuidado.

RESUMO

Esta dissertação analisa o atual processo de emergência identitária do povo Anapuru Muypurá, localizado nos municípios de Brejo e Chapadinha, no Baixo Parnaíba Maranhense. O estudo tem como ponto de partida o documentário *Brotos Originários* (2022, 16 min) de minha autoria, cuja produção e repercussão impulsionaram essa investigação etnográfica. A pesquisa se fundamenta em observação participante, entrevistas, registros audiovisuais, fotografias, revisão bibliográfica e análise de documentos indicados pelo próprio povo. São examinadas as ações de mobilização e reorganização política do povo, bem como os usos de produções audiovisuais em processos que realocam imagens, memória e imaginários coloniais.

Palavras-chave: Povo Anapuru Muypurá; Emergência étnica; Identidade; Imagem; Memória

ABSTRACT

This dissertation analyzes the current process of identity emergence of the Anapuru Muypurá people, located in the municipalities of Brejo and Chapadinha, in the Lower Parnaíba region of Maranhão. The study takes as its starting point the documentary *Brotos Originários* (2022, 16 min) by myself, whose production and impact propelled this ethnographic investigation. The research is based on participant observation, interviews, audiovisual records, photographs, literature review, and analysis of documents indicated by the people themselves. The study examines the political mobilization and reorganization actions of the people, as well as the uses of audiovisual productions in processes that relocate colonial images, memory, and imaginaries.

Keywords: Anapuru Muypurá people; Ethnic emergence; Identity; Image; Memory

Lista de siglas e abreviaturas

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CPT – Comissão Pastoral da Terra

GEDMA- Grupo de estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente

GEIIMA - Grupo de Estudos e Pesquisas Indígenas e Indigenistas no Maranhão

GPCTE – Gerência de Povos e Comunidades Tradicionais e Grupos Populacionais Específicos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MA – Maranhão

MEC- Ministério da Educação

PPGCSPA – Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SECMA – Secretaria de Cultura do Maranhão

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo I. Uma reflexão sobre as relações sociais estabelecidas com o povo: inserção no tema; produção do documentário e trabalho de campo.....	17
I.I. A trajetória que antecede a pesquisa.....	20
I.II. A Elaboração do projeto audiovisual	23
I.III. Do título do filme da gravação no território dos Anapuru Muypurá	26
I.IV. Das personagens do documentário	30
I.V. Da repercussão do vídeo documentário	37
I.VI Retorno a Campo para construção da pesquisa de mestrado.....	40
Capítulo II. Presença e Processos de Mobilização do Povo Anapuru Muypurá de Brejo e Chapadinha	50
II.II A Mobilização da memória	62
II.III Usos de espaços virtuais para ecoar a afirmação identitária e realizar parcerias.....	63
II.IV Relação com o CIMI.....	64
II.V Mobilização por direito ao registro e uso do nome étnico.....	65
II.VI A mobilização por uma educação escolar Indígena	69
Capítulo III. “imagens curam imagens”	71
III.I Descolonizando a Memória Social a partir da imagem.....	73
III.II Imagens da retomada. Caderno Fotográfico.....	81
Considerações Finais	102
Referências bibliográficas	104

Introdução

O propósito deste estudo centra-se na discussão sobre a emergência identitária do povo Anapuru Muypurá, localizado nos municípios de Brejo e Chapadinha, região do Baixo Parnaíba Maranhense¹, e em suas reivindicações e ações estratégicas face a retomada política cultural de seu território ancestral² e de sua identidade étnica. Atualmente, segundo uma de suas lideranças, os Anapuru Muypurá compõem um povo de mais de 250 pessoas auto identificadas como indígenas.

Esta investigação se inicia com a produção de um filme documentário de minha autoria intitulado “*Brotos Originários*” (2022, 16 min) que, somada ao trabalho de campo que realizo desde 2022, deram origem a esta dissertação. Por tanto, para melhor compreensão deste trabalho, recomenda-se o filme também seja assistido. Disponível em: [Assistir documentário Brotos Originários- 2022, 16 min](#)³.

Com a produção do documentário “*Brotos Originários*” (2022, 16 min) e a sua repercussão, passei a investir em uma pesquisa mais sistemática. Conforme veremos, o documentário vem se constituindo em instrumento nas lutas em defesa da identidade. Isso também alimentou o meu interesse em discutir sobre os usos e o poder de imagens nas etnografias e na produção política de narrativas contra coloniais, conforme o capítulo três dessa dissertação.

Uma das questões-chave desta pesquisa é compreender como se articulam as ações de mobilização e reorganização política do povo Anapuru Muypurá e os seus efeitos nos processos de reafirmação identitária.

Foram utilizadas como metodologia de pesquisa técnicas de observação participante, entrevistas estruturadas, com registros em áudio e vídeo, fotografias, revisão

¹ A expressão “Baixo Parnaíba Maranhense” corresponde a uma microrregião, limítrofe de bacias hidrográficas, e o rio Parnaíba é a divisa entre os estados do Maranhão e Piauí (IMESC, 2018, p. 22). Esta microrregião faz parte de uma mesorregião chamada de Leste Maranhense, englobando, em 2018, onze (11) municípios (IMESC, 2018, p. 79), dos quais Chapadinha e Brejo fazem parte.

² Na compreensão do povo Anapuru de Brejo e Chapadinha, o território ancestral ao qual se referem corresponde ao lugar da ancestralidade, lugar das memórias coletivas do seu povo, lugar de luta territorial, de manutenção e atualização de modos de vida tradicional. É um espaço geográfico, mas não só. É simbólico e espiritual também. E é, sobretudo, um espaço de continuidades.

³ Este é um hiperlink, clic em “ctrl” e no link (ao mesmo tempo) para ser direcionado a página do youtube onde o documentário está hospedado. A busca pelo nome do documentário no *Youtube* também permitirá acessá-lo. Até a data de 1 de dezembro de 2025, o filme já contava com mais de 1.520 visualizações na plataforma.

bibliográfica e análise de documentos indicados pelo próprio povo. Desde 2022, mantenho contato ininterrupto via aplicativo de comunicação WhatsApp com alguns dos interlocutores da pesquisa e sempre que possível, presencialmente.

Meus principais interlocutores nessa investigação são os indígenas Anapuru Muypurá em processo de retomada político identitária de Brejo e Chapadinha. Neste trabalho não utilizarei a unidade social “*grupo*” para me referir a eles, pois não apareceu em campo e até o momento da produção deste estudo, não se mostrou ser uma designação significativa para eles. Dessa maneira, sempre que me referir a eles, usarei a unidade social *povo*, pois durante todo o campo e a realização das entrevistas, ouvi: “*nós, o povo Anapuru Muypurá*”. Entendi assim, que esta seria a melhor forma de designá-los.

Nesse sentido, a categoria *povo* utilizada aqui corresponde à forma de autodefinição adotada pelas pessoas com quem mantive contato ao longo da elaboração desta pesquisa. Foi comum ouvir também as autodenominações: *povo Anapuru Muypurá*, *povo Anapuru* e *povo Anapurus*. Assim, *povo* assume uma dimensão política e remete a especificidades, diferenciando-se da noção mais ampla e generalizada associada à ideia de nação. Diferentemente do entendimento de *povo* como parte constitutiva da nação, aqui o termo expressa distinções e formas de resistência frente a ações relacionadas ao âmbito nacional.

A categoria *identitária* acionada pelos Anapuru Muypurá no contexto de retomada em Brejo e Chapadinha é “indígena”. No entanto, durante os trabalhos de campo, foi comum ouvir também o uso da categoria “índio”, sobretudo entre as pessoas mais velhas. Dessa maneira, é possível dizer que seus usos aparecem associados a uma dimensão geracional: os mais velhos utilizam a categoria “índio”, enquanto os mais jovens estão mais familiarizados com “indígena”. Ambas são significativas para o povo, mas há uma dimensão geracional que demarca seu uso.

No que se refere ao etnônimo, optei por utilizar duas formas empregadas pelo próprio povo: *Anapuru* e *Anapuru Muypurá*. Trata-se de uma escolha consciente de pesquisa. Assim, será comum para a pessoa leitora deste trabalho observar o uso de ambas as denominações ao me referir ao povo estudado.

No decorrer do desenvolvimento da pesquisa, deparei-me com inúmeros desafios, de diferentes ordens. Aprofundarei alguns deles em outros momentos do texto. Destaco, porém, que o primeiro foi o próprio fato de estudar um povo que se encontra em processo de emergência identitária e que, durante décadas, foi considerado pelo Estado brasileiro como extinto. Do ponto de vista do fazer etnográfico, esse dado constituiu, em si, um desafio inicial.

Os estudos sobre os povos e grupos indígenas do Nordeste são um desafio, sobretudo devido à ideia amplamente difundida de que os povos e grupos que habitavam essas regiões teriam sido completamente “extintos” fisicamente ou “assimilados” à cultura e à sociedade regional, passando a compor o tipo humano e cultural do caboclo ou sertanejo (Arruti, 1995, p. 57). Assim, *“falar de sua história é falar de um passado distante, que quase abandona o terreno da história para entrar no dos mitos de origem”* (Arruti, 1995, p. 57).

Para o antropólogo João Pacheco de Oliveira:

Terras e territórios indígenas tem despertado pouca atenção nos estudos etnológicos sobre os povos e culturas das terras baixas da América do Sul. Em geral são apresentados como fatos e informações já dadas, à semelhança do clima ou do regime político. Um componente da paisagem onde se realiza a vida social, mencionado pelos etnógrafos cuidadosos, mas nunca abordado como um fenômeno social e político a ser tomado como fator imprescindível de investigação. (Oliveira, 2022, p.11).

A produção antropológica nacional, ao longo de sua história, foi marcada por preferência recorrente por estudar povos indígenas considerados "isolados" ou "pouco aculturados". Essa escolha metodológica e teórica revelou e ainda revela sobre as expectativas e desejos dos próprios pesquisadores: encontrar culturas tidas como "puras", intocadas pela sociedade, e que, por isso, ofereceriam uma suposta autenticidade cultural. Em contemporaneidade, o reflexo correlacional disso, é a notória dificuldade de alguns pesquisadores em considerar grupos e povos indígenas em processo de emergência identitária como dignos de estudos acadêmicos sérios. Para Oliveira (1998):

As justificativas, na maioria das vezes apenas implícitas, podem variar bastante, ora sugerindo que constituem objeto de outras disciplinas (como a geografia, o direito ou a ciência política), as quais para isso supostamente disporiam de métodos e conceitos mais adequados. Outras vezes a argumentação para o descarte se apoia na suposição de que terras e territórios estão envolvidos em questões de natureza exclusivamente prática, conectados assim de maneira direta aos interesses administrativos e às demandas políticas de grupos e indivíduos. (Oliveira, 2022, p.11).

Para esta pesquisadora, apesar do desafio, estudar um povo em processo de afirmação identitária é no mínimo, instigante. Uma oportunidade de repensar, enquanto alguém que produz e consome conhecimento científico, as escolhas de pesquisa e reafirmar publicamente meu alinhamento com produções de conhecimento que não perpetuem violências em suas práticas e modos de inscrição acadêmica.

Oliveira (1998) ao refletir sobre os processos de etnogêneses dos grupos étnicos brasileiros, com ênfase para os do Nordeste, destaca: “grupos étnicos que tiveram suas *identidades enfraquecidas* ou negadas buscam reafirmá-las e fortalecê-las, muitas vezes em contextos de resistência ou busca por direitos específicos” (:64, grifo meu). Coadunando o pensamento, o antropólogo norueguês Fredrik Barth pontuou ser nas fronteiras que as identidades étnicas são fortalecidas e reafirmadas, geralmente em situações de conflitos sociais que servem tanto para reafirmar as autoidentificações quanto para identificar, como diferente, outros grupos e identidades (Barth, 1969).

Nesse sentido, os povos em emergência identitária tem muito a contribuir com os estudos antropológicos e tais estudos ainda precisam avançar muito em relação a esses povos. Mais do que isso: é preciso querer realizar estudos nesse sentido e discutir o desconforto da academia diante do que escapa aos modelos considerados “tradicionais” de pesquisa.

Os grupos indígenas do Nordeste, muitas vezes integrados às dinâmicas sociais e econômicas das regiões onde vivem, não correspondem à imagem cristalizada do indígena como figura isolada, vivendo à margem dos processos históricos. Pelo contrário, essas unidades sociais carregam em suas trajetórias, em suas práticas culturais e memórias o dinamismo da vida que se transforma, que negocia, resiste e se reinventa dentro de contexto histórico de intensas mudanças e violências.

Portanto, realizar estudos junto a esses povos, exige uma postura metodológica e ética mais comprometida. Primeiro é necessário reconhecer que a presença indígena no Nordeste não foi apagada — mas passou por sistemáticas tentativas de integração e por processos históricos e políticos que incluíram a negação de suas identidades e a estigmatização cultural.

Para a pesquisadora comprometida, isso implica não apenas um esforço maior de escuta e observação, mas também uma disposição para lidar com as contradições, frustrações e tensões que marcam as trajetórias desses povos diversos. E isso explica em parte, porque tantos pesquisadores preferiram o caminho dos manuais e do exótico que, pela frequência de escolha, se tornou familiar. E, ao fazer isso,

colaboraram (mesmo que involuntariamente) com a exclusão simbólica de grupos étnicos e povos que continuam a afirmar sua identidade e sua história, apesar de séculos de violências.

Nesta pesquisa implementei leituras utilizadas durante as disciplinas do curso de mestrado do PPGCSPA-UEMA, como os estudos de João Pacheco de Oliveira, José Arruti, Fredrik Barth, dentre outros. Nesse sentido, foram bastante relevantes para esta pesquisa, pois deram suporte para pensar as múltiplas e complexas dimensões da definição de grupo étnico, fronteiras e processos de emergência étnica.

Com João Pacheco e José Arruti, me situei na discussão sobre os “índios do Nordeste” e no uso do conceito de etnogênese e emergência étnica, que se mostraram essenciais para este estudo. Por outro lado, com Fredrik Barth, refleti sobre as múltiplas complexidades que envolvem os grupos étnicos e suas fronteiras — sobretudo a necessidade de compreender a dinamicidade dessas fronteiras diante das interações sociais. Isso foi fundamental para me direcionar em sentido oposto aos modelos fixos e fechados, fugindo de noções restritas de tempo e território, principalmente daquelas que associam território a um espaço material e geograficamente delimitado. Esses estudos me provocaram a rever os caminhos trilhados pela antropologia e a questionar os critérios que orientaram (e ainda orientam) escolhas de pesquisa.

Quando decidi que o documentário viraria base para uma pesquisa de natureza acadêmica, eu tinha uma única certeza: a pesquisa seria sobre o tempo presente dos Anapuru Muypurá. Nunca foi desejo investigar sobre o passado do povo, ainda que eu tenha buscado referências de sua presença em séculos anteriores, o objetivo não era outro, senão compreender os processos e dinâmicas históricas pelos quais passaram e, com isso, refletir, a partir do presente, sobre suas organizações e estratégias abordadas ao longo do tempo. E, numa perspectiva mais ampla, analisar elementos que possivelmente se repetem em processos de expropriação de indígenas no nordeste brasileiro.

Dito isso, a pretensão desta dissertação é ser mais uma ferramenta nos estudos sobre grupos e povos indígenas do Nordeste em processos de reafirmação de suas identidades étnicas, assim como mais um instrumento de fortalecimento para a luta do povo estudado.

No que tange à estrutura de capítulos desse trabalho, no capítulo primeiro se encontra a descrição do processo de constituição da investigação, ou seja, os procedimentos adotados, incluindo a minha posição no campo e uma autoanálise do meu

processo de inserção na pesquisa. Reafirmo e justifico como essa posição é indissociável do que apresento na dissertação. Inclui-se também nesse capítulo a descrição do documentário como fundamentação e reflexão de âmbito etnográfico, abordando as suas condições de produção. O material empírico discutido do capítulo é oriundo também do trabalho de campo realizado no mês maio de 2024, com apoio do PPGCSPA.

Destaca-se também, no capítulo I, como as narrativas de memórias, aliadas a instrumentos de captação de imagem, podem fortalecer processos de afirmação e reafirmação de povos em emergências identitária ou etnogênese, presenciadas em situações contemporâneas e marcadas por processo de afirmação viva de grupos e povos indígenas tidos como “desaparecidos” ou, na expressão de Oliveira (OLIVEIRA, 1998), índios misturados.

O documentário “*Brotos Originários*” (2022, 16 min) foi pensado e produzido em contexto bastante desafiador, como descreverei mais à frente. Neste filme, o foco foram as narrativas de memórias do povo Anapuru Muypurá da região do Baixo Parnaíba Maranhense, as lembranças que reavivam cotidianamente suas identidades e suas subjetividades indígenas em meio a contextos de múltiplas negações.

Tanto no documentário, quanto na presente dissertação utilizo a memória como uma ferramenta ancestral de comunicação popular, pensada não apenas como um fenômeno psicológico ou biológico, mas, sobretudo, como uma categoria analítica capaz de fornecer elementos suficientemente fortes para pensar as experiências sociais e históricas de um povo.

Dessa maneira, a partir do que foi apresentado nas situações de pesquisa, e sobretudo fora delas, é possível dizer que o ato de registrar, recordar e narrar verbalmente formas de viver, quando feito de forma consciente, pode ser lido como estratégia de resistência e gerar efeito positivo na construção e avivamento de identidades de povos considerados “desaparecidos”. Nesse sentido, teremos uma reflexão sobre a produção audiovisual que, somada à investigação etnográfica, permite uma reflexão sobre os temas abordados e sobre o fazer e o escrever sobre povos e comunidades tradicionais no Maranhão.

No Capítulo II estão concentradas as discussões realizadas a partir de revisão bibliográfica e do trabalho de campo, ressaltando como vivem os Anapuru, refletindo sobre as dificuldades, ganhos e conflitos de um povo em processo de reafirmação identitária.

No Capítulo III apresento uma reflexão sobre os usos de imagens e de

produções audiovisuais como ferramentas de subversão política e reformulação de memórias sociais em contexto de disputas e afirmações de identidade.

Em resumo, esta pesquisa de mestrado é composta pela produção audiovisual de um documentário e por uma produção textual. No primeiro capítulo, apresento a descrição dos procedimentos da produção audiovisual e do campo empírico; no segundo, desenvolvo uma reflexão sobre a emergência identitária, ressaltando os processos de mobilização do povo; e, no terceiro, trago um Caderno Fotográfico e uma reflexão sobre o papel da imagem e do audiovisual etnográfico em processos de disputa e afirmação política.

Capítulo I. Uma reflexão sobre as relações sociais estabelecidas com o povo: inserção no tema; produção do documentário e trabalho de campo

Na Antropologia, a discussão sobre a inserção do pesquisador constitui-se como um aspecto relevante no trabalho de diferentes autores. Desde Malinowski, precursor do método na Antropologia, essa discussão vem sendo colocada, com variações e problematizações posteriores. Se considerarmos, por exemplo, as trajetórias de dois autores clássicos na discussão sobre o trabalho de campo – Malinowski e Franz Boas –, veremos que o debate gira em torno de suas inserções no campo: como ocorreram e quais foram os procedimentos adotados para ganhar confiabilidade. Se pensarmos em um autor mais recente, como Gerald Berreman (1980), veremos que essa discussão sobre a inserção do pesquisador em campo também é central.

Minha inserção se deu por outros caminhos, não tão frequentes em relatos antropológicos. Digo isso porque o meu desejo de realizar pesquisa junto ao povo não surgiu antes das relações que já vinham sendo estabelecidas ao longo dos anos, e em contexto diferente daquele formatado para a pesquisa.

Como o próprio título revela, o objetivo deste capítulo é situar a pessoa leitora quanto às relações sociais estabelecidas com o povo estudado e às condições de produção do documentário. Isso inclui abordar o antes e o durante da pesquisa, pois todos esses elementos compõem o que aqui apresento como trabalho de campo.

Neste capítulo, também evidencio a posição que ocupo nesta pesquisa, pois, como nos lembra Barth (2000, p. 128), “estamos sempre posicionados” — e, ao longo de toda a pesquisa, esse posicionamento se manifesta, ora para mim, ora para os Anapuru Muypurá.

Nesse sentido, adianto que, em alguns momentos, será possível perceber um “nós” na pesquisa — uma espécie de solidariedade implícita, que encontrou correspondência no sentimento de irmandade previamente estabelecido entre mim e membros do grupo estudado — e um “eles”, referindo-se ao grupo pesquisado, que, por posição e ocasião, difere de mim, pesquisadora, mas adianto que isto não é uma autoetnografia.

Menciono também que a pessoa leitora poderá identificar diferentes tempos nesta escrita. Isso se explica pelo fato de a produção do documentário ter sido realizada antes mesmo da minha aprovação no curso de mestrado do Programa de Cartografia Social e Política da Amazônia da UEMA (PPGCSPA).

Dessa forma, há, de maneira mais explícita, dois tempos que deixam marcas neste texto: o tempo e a situação social de produção do documentário — no qual será possível perceber com mais clareza as motivações para a realização deste trabalho —, e o tempo e o contexto em que o documentário, aliado ao campo, transforma-se em pesquisa acadêmica. Enfatizo, portanto, que esta pesquisa foi construída de maneira gradual (Bourdieu, 1998), com decisões que se formaram no processo de interação e, ao mesmo tempo, de identificação.

Revelo que expressar o “eu” e o “nós” nesta pesquisa não foi — e não é — algo simples. Isso exigiu refletir sobre a objetividade e a subjetividade na pesquisa para além do arcabouço teórico que envolve essa discussão, sem desconsiderar, contudo, as contribuições dos estudos já realizados nesse sentido.

Iniciei esta reflexão abordando autores clássicos, como Boas e Malinowski, cujas dimensões de análise estavam bem delimitadas. Malinowski, por exemplo, separou um diário específico para registrar sua subjetividade (1997). Posteriormente, Berreman (1980) traz uma discussão que considera, de forma mais explícita, sua posição e as condições de possibilidade para sua aceitação junto ao grupo estudado.

Para a minha pesquisa, esses autores e seus estudos têm relevância na perspectiva de ampliação e reconhecimento da contribuição da Antropologia para os estudos das Humanidades e para a valorização das diversidades no fazer etnográfico. Contudo, não há uma aproximação direta na minha pesquisa com os modelos manualísticos dos antropólogos considerados “clássicos”. Neste trabalho, me aproximo, em parte, da proposta de autoanálise de Bourdieu, especialmente ao refletir sobre a pesquisa e a posição que ocupo nela.

Em *“Esboço de uma autoanálise”*, livro póstumo do filósofo francês Pierre Bourdieu (1930-2002) inspirado na aula inaugural que ministrou no Collège de France em 1982, é possível refletir sobre algumas dimensões da produção do conhecimento, sobre a “tal objetividade” na pesquisa, sobre inserção em determinados espaços de produção e reprodução de conhecimento intelectual. Reconhecendo esses espaços como espaços de produção de conhecimento, mas também como espaços de segregação e poder. Bourdieu, a partir da autoanálise de sua trajetória intelectual reflete sobre a construção de espaços de poder no âmbito da educação da França do século XX e os sacrifícios para se moldar aos padrões pré-estabelecidos.

Ao perceber como estava estruturado o curso de filosofia da Escola Normal Superior ele resgata sua trajetória acadêmica e pessoal para rememorar suas experiências

sociais recalcadas nesses espaços de poder que ele esteve inserido e que o forjaram.

Nesse esforço para explicar-me e compreender-me, poderei doravante apoiar-me nos cacos de objetivação de mim mesmo que fui deixando pelo caminho, ao longo de minha pesquisa, e tentarei aqui aprofundar e ainda sistematizar (Bourdieu, 2005, p. 39).

Talvez um dos aspectos mais interessantes desse exercício elaborado por Bourdieu, em 1982, é a análise de seu discurso de autoanálise. A exemplo, a reflexão indireta da importância de considerarmos que a vida não é uma linha reta. A aceitação de que às vezes as coisas realmente não vão fazer sentido, não o sentido que desejamos encontrar, aquele sentido que fomos treinados a perseguir. No entanto, isso não faz com o que elas deixem de existir e ter valor.

Essa abertura permite a retomada de outros questionamentos dentro do campo da Antropologia: será que, de fato, existem “culturas simples”? Qual é a referência que define o medidor de cultura? É possível esvaziarmo-nos de nossas subjetividades para produzir essa ciência branca? As perguntas são velhas, mas é sempre possível a atribuição de novo sentido a elas.

“[...], todavia eis a prova de que o trajeto heurístico também tem algo de um percurso iniciático pela imersão total e pela felicidade dos achados que lhe é concomitante, sucede uma reconciliação com coisas e pessoas das quais insensivelmente me afastara por conta do ingresso em outra vida e as quais a postura etnológica obriga naturalmente a respeitar, os amigos de infância, os parentes, suas maneiras, suas rotinas, seu sotaque. É toda uma parte de mim que me é devolvida, essa mesma pela qual eu me ligava a eles e a qual também deles me afastava, porque eu só podia negá-la dentro de mim ao renegá-los, na vergonha deles e de mim mesmo. **O retorno às origens faz-se acompanhar de um retorno, embora controlado, do que fora recalcado.**” (BOURDIEU, 2005, P.90)

Na citação acima, Bourdieu fala da sua experiência ao tentar desfamiliarizar o mundo que ele conhecia, o afastamento de tudo aquilo que era familiar para caber na universidade, a objetivação da vida. Isso revela seus sentimentos guardados, mas que visivelmente lhe atormentavam. Isso revela ainda mais: a violência desses espaços de produção de conhecimento, que desejam nos esvaziar para então nos preencher de um tipo novo de conhecimento. É como se para servir aquele espaço precisássemos desconhecer o conhecido e tornar familiar o desconhecido:

“É toda uma parte de mim que me é devolvida, essa mesma pela qual eu me ligava a eles e a qual também deles me afastava, porque eu só podia negá-la dentro de mim ao renegá-los, na vergonha deles e de mim mesmo” (BOURDIEU, 2005, P.90).

Hoje, com base nas experiências sociais que tive, não concebo a possibilidade de

qualquer tipo de produção em que minhas subjetividades estejam apartadas de mim. Não seria possível produzir qualquer coisa nesta vida sem que os lugares pelos quais passei aparecessem também. É um cálculo difícil para nós pesquisadoras, mas, com as devidas críticas, é benéfico reconhecer que o exercício de Bourdieu foi bastante audacioso e precioso para a sua temporalidade histórica.

I.I. A trajetória que antecede a pesquisa

Cheguei a São Luís em 2005, recém-completados meus 13 anos, vinda do interior e pisando na cidade pela primeira vez. Fui morar com parentes distantes para estudar e trabalhar, seguindo uma prática comum no Nordeste, especialmente no Maranhão. Eu ainda me recordo a primeira vez que atravessei a ponte dos Mosquitos⁴ e os sentimentos que me atravessavam — medo, insegurança e, ao mesmo tempo, curiosidade. Eu nunca tinha ficado tantos quilômetros distante de casa, da rotina e das pessoas que me eram familiares.

A decisão de vir para São Luís não foi minha, mas o reflexo de um sonho que minha mãe sonhara e eu fui escolhida para realizar. Mesmo que na minha meninice questionasse a escolha, segui o planejamento da minha mãe e mesmo que, na época, não compreendesse totalmente a dimensão dessa escolha.

Venho de uma família cuja força motriz é feminina, delas herdei toda dor e coragem. Todas as mulheres da minha família são piauienses, nascidas numa localidade chamada Vila Tapuio, município de Miguel Alves. Todas foram quebradeiras de coco babaçu e sempre viveram de profissões pouco remuneradas, sobretudo “da roça”. Atualmente minha mãe mora no município de Duque Bacelar-MA, que fica muito próximo a Miguel Alves, poucos braços de rio fazem a divisa. Não quebra mais coco e não vive mais da roça, se aposentou como trabalhadora rural aos 55 anos.

Viver na cidade é um grande desafio, sobretudo para quem não nasceu nela. É outra lógica. A forma como as relações são construídas é pautada em outros valores, é uma medida que causa a impressão de ser sem medida. O tempo é completamente distinto da pequena cidade do interior. Nunca sobra, só falta, — como quase tudo na cidade.

Aos poucos, fui me adaptando, vencendo os desafios e me desvinculando dos

⁴ Ponte dos mosquitos é um nome popular dado a ponte Marcelino Machado, que é um conjunto de duas pontes paralelas que liga a ilha de São Luís ao continente, na Br-135, atravessando o canal do estreito dos mosquitos.

laços que me limitavam. Existia algo que me impulsionava a continuar estudando e seguindo, apesar do sentimento profundo de vazio e solidão instaurado pela partida precoce da minha cidade natal. Era uma sensação estranha de falta de terra para pisar. Sentia tristeza profunda, mas todos da cidade diziam: “Logo você se acostuma.” De fato, me acostumei — não com a cidade, mas com a falta.

Para aqueles que possam se perguntar por que a minha trajetória é importante no contexto desta pesquisa, justifico que foi ela quem orientou os primeiros passos que culminaram no desenvolvimento deste trabalho. E, como dito anteriormente, não consigo conceber — a partir do lugar de onde falo — uma investigação que seja neutra ou isenta de subjetividades, inclusive as minhas. Além disso, percebi que minhas experiências sociais atravessaram profundamente meu modo de pesquisar. Essa presença se manifesta tanto na produção do documentário quanto nas vivências de campo com os Anapuru Muypurá. Contudo, a título de informação, os episódios pessoais mencionados são os que, de alguma forma, se vinculam à pesquisa — aqueles que, subjetivamente, me impulsionaram a realizá-la.

Nesse sentido, destacarei alguns anos específicos, como o ano de 2014, que nomeie nos capítulos da vida de “o início da libertação”. Naquela ocasião, já não residia nem trabalhava junto aos parentes que inicialmente me trouxeram do interior; morava sozinha e encontrava-me no terceiro ano do curso de História na Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Entre os diversos acontecimentos que conferiram a esse ano relevância singular, destaco o fato de ter conhecido a amiga Dayane durante um estágio remunerado no Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho, situado na Rua do Giz, em São Luís (MA). Esse estágio foi minha primeira ocupação remunerada após a decisão de deixar a casa dos parentes na cidade.

Conhecer Dayane foi um fato importante não só por todo apoio pessoal que me prestou, mas também porque foi através desse contato que conheci o Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), vinculado ao Departamento de Sociologia (DESOC) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Ter conhecido este grupo e ter estreitado esses laços me abriram muitas portas do ponto de vista pessoal e profissional, além de reforçar em mim o desejo e importância pelos estudos.

Passei a frequentar regularmente o grupo e a acompanhar Dayane em suas atividades pessoais e de pesquisa. Na ocasião, ela desenvolvia um trabalho de mestrado

junto ao território tradicional quilombola de Santa Rosa dos Pretos, localizado na zona rural do município de Itapecuru Mirim (MA), às margens da BR-135, nas proximidades do km 88. Foi nesse contexto que Dayane me convidou a acompanhá-la em uma visita de campo ao Quilombo de Santa Rosa dos Pretos-MA. Tal experiência mostrou-se de grande relevância para esta pesquisa, pois foi ali que conheci Gleydson de Castro Oliveira Anapuru, que aparecerá muitas vezes identificados como “Lucca Anapuru Muypurá” ou apenas “Lucca”, como é mais conhecido, a primeira pessoa a me falar sobre os Anapurus de Brejo e Chapadinha, e que posteriormente se tornou um amigo e principal interlocutor nesta pesquisa.

A visita ao quilombo ocorreu durante a tradicional Festa ao Divino Espírito Santo, evento que, segundo Dona Anacleto Pires (in memoriam), liderança do quilombo de Santa Rosa dos Pretos, é realizado há mais de 200 anos na mesma localidade. A partir dessa primeira imersão no território, estabeleceu-se uma ligação afetiva que possibilitou o estreitamento de diversas relações, dentre as quais se destaca a amizade com Lucca, grande incentivador e também parceiro na elaboração do documentário “Brotos Originários”.

Desde que vim para São Luís, me tornei uma pessoa com muitas inquietações, muitos pontos de interrogação sobre laços familiares, pertencimento e diversas reflexões sobre abandono materno. Algo muito forte aconteceu quando saí do meu território aos 13 anos para morar em São Luís — uma ruptura emocional que até hoje é de difícil elaboração.

Fazer esse resgate de natureza psicoemocional tornou-se necessário porque, em 2022, no contexto da produção do documentário e do mestrado, essas questões emocionais ganharam força e eu adoeci.

O fato é que estávamos vivendo uma pandemia cujas dimensões ainda não eram totalmente mensuráveis, mas que obrigava muita gente a lidar em solitude com suas questões de vida, as pequenas e as grandes. Eu tinha muitas, mas de alguma forma sempre vinculadas a questões sobre pertencimento, muitos pontos de interrogação sobre os familiares que vieram antes de mim, seus rostos, nossos costumes, os modos de fazer as coisas, nossas espiritualidades.

A ausência de fotos e de registros sobre meus familiares, sobre “nós”, sobre um passado não muito distante, mas que parecia ter caído no esquecimento, também me causava grande incômodo. À medida que esses incômodos cresciam, eu os dividia com Lucca Anapuru, acredito que era mesmo como quem buscasse uma claridade, um incentivo. Em devolutiva, Lucca, que já havia se mostrado um bom amigo e ouvinte, partilhava de bom grado suas memórias e seus avanços em pesquisas e em luta junto ao

seu povo no Baixo Parnaíba Maranhense e isso foi também me despertando interesse em continuar a investigação.

A partir dessas trocas e conversas, senti a necessidade de materializar essa inquietação da alma, dar uma forma, uma imagem. E foi nesse sentido que escolhi o audiovisual como ferramenta, não só pela sua natureza, mas porque, em 2020, eu já havia estudado cinema e me apaixonado pela arte de registrar as histórias de pessoas em áudio e vídeo.

Outros fatores também influenciaram na escolha dessa ferramenta, alguns até de maneira inconsciente. Dentre eles, posso destacar: o trauma causado pela ausência de fotografias minhas e de familiares relacionadas a momentos especiais de nossas vidas; a convivência constante com amigas e amigos fotógrafos documentaristas; a participação em oficinas de movimentos sociais; as formações e a minha própria espiritualidade.

I.II. A Elaboração do projeto audiovisual

O projeto audiovisual de Brotos Originários foi elaborado a partir de inquietações íntimas, nascidas do silêncio entre gerações familiares e da vontade de escutar o que ficou pelo caminho da memória. Seu primeiro esboço surgiu como um mapa afetivo, desenhado pelo desejo de compreender minha matriz familiar, de me aproximar da história dos meus parentes consanguíneos.

Ao mesmo tempo, eu também estava interessada em dialogar com outras pessoas que, assim como eu, estivessem em busca de reconexão com seus ancestrais. A proposta, portanto, era promover um intercâmbio de vivências que contribuísse para ampliar meu entendimento sobre esses processos sistemáticos de invisibilização de histórias e de pessoas não brancas e entender por que pessoas empobrecidas e não brancas tem tão poucos registros de imagem conservados.

Quando comecei a escrever os primeiros rascunhos do projeto eu não sabia muito bem como fazer, por onde começar, quem procurar primeiro, só tinha a convicção que precisaria ir até o lugar que minha avó materna nasceu no Piauí, porque das poucas certezas que eu tinha, esta era a mais forte: quero investigar a minha linhagem materna. Sabia que se eu quisesse ampliar essa investigação, precisaria conversar com pessoas que também estivessem interessadas no assunto. Pensei nos jovens que já conhecia e que assim como eu, estavam nesses questionamentos sobre pertencimento e identidade.

Contudo, meu foco central ainda era os meus familiares, sobretudo as mulheres mais velhas. E eu ainda me questionava como iria estruturar entrevistas com minha mãe, minhas tias e quem mais soubesse qualquer coisa sobre nós, eu realmente não sabia por onde começar.

É importante mencionar que eu não estava interessada em descobrir a qual etnia indígena meus familiares e eu pertencíamos, o meu interesse estava relacionado aos modos, práticas e histórias não contadas do que no “nome do meu povo”. Era mesmo um sentimento de falta, como se houvesse ainda muito por saber sobre mim e sobre os meus familiares e isso me instigava bastante.

Na contramão das elaborações mentais existia a escassez financeira agudizada pela pandemia do Covid-19⁵ e que me fazia também questionar de onde tiraria recursos para executar o roteiro que estava sendo planejado.

Em 2022, o país ainda experienciava os desafios de uma pandemia cujos protocolos de enfrentamento eram, muitas vezes, incertos ou contraditórios. No cenário nacional, o Brasil estava sob a liderança de um presidente que se autodeclarava patriota, mas cuja postura foi marcada por posicionamentos negacionistas em relação à ciência, à vacinação, e por discursos frequentemente homofóbicos, misóginos e de forte cunho religioso.

No âmbito estadual, o governo era comandado por um governador polêmico, que encerrava seu segundo mandato consecutivo. Apesar da imagem pública associada ao espectro da esquerda, especialmente ao comunismo, o governador negociava às escondidas com grandes empreendimentos internacionais — notadamente chineses —, comprometendo a soberania e o bem viver de territórios ocupados por comunidades tradicionais da zona rural de São Luís. Esse era o cenário, quando resolvi mudar a rota do projeto audiovisual “Brotos Originários”.

Um dos principais motivos que me levaram a alterar o projeto do documentário foi o cenário de instabilidade sanitária e emocional que me afetavam; naquelas circunstâncias, eu não me senti segura o suficiente para realizar uma viagem sozinha. O fato de ser mulher e o desconhecimento prévio da região onde minha avó

⁵ “A **covid-19** é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um betacoronavírus descoberto em amostras de lavado broncoalveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Pertence ao subgênero Sarbecovírus da família Coronaviridae e é o sétimo coronavírus conhecido a infectar seres humanos”. (portal gov.br, acessado em 21/11/2025).

nasceu representavam fatores adicionais de insegurança. Meus familiares, por sua vez, demonstravam pouco envolvimento com a proposta; não pareciam compreender a relevância pessoal e simbólica que esse projeto tinha para mim e tampouco se mostravam dispostos a colaborar. Sempre que o assunto era mencionado, referiam-se a ele como “coisa do passado”, deslegitimando sua importância e evitando o diálogo a respeito.

Por outro lado, existia a possibilidade de realizar a produção do documentário com os Anapuru Muypurá de Brejo e Chapadinha. Posso dizer que este campo já estava “aberto”, existia abertura de diálogo com o grupo a partir das minhas conversas e relação com o Lucca Anapuru Muypurá. Creio que o fato de o grupo estar em retomada também facilitou a minha entrada no território e a receptividade das pessoas em quererem falar sobre suas vidas, suas memórias e as memórias do seu povo.

Além disso, naquele momento cheguei ao entendimento de que estudar um povo que está geograficamente tão próximo aos meus familiares era também avançar nas minhas investigações pessoais, além de fortalecer a luta do grupo estudado. Foi dessa maneira, a partir de muita conversa com o Lucca, que os Anapuru Muypurá se tornaram o foco das minhas investigações para o documentário e para esta pesquisa de mestrado.

Para viabilizar o projeto documental, submeti uma proposta a um edital de apoio a produções culturais, na modalidade audiovisual, categoria curta-metragem (de 5 a 15 minutos). Essa foi a forma encontrada para captar recursos para a execução do roteiro naquele momento. O projeto foi aprovado e, apesar do recurso ter sido limitado, foi suficiente para iniciar as atividades. A submissão do projeto ocorreu em novembro de 2021, o recurso foi liberado em dezembro do mesmo ano e, a partir disso, tive dois meses e meio para filmar e entregar o produto à Secretaria de Cultura do Maranhão (SECMA).

Somando-se a isso, outras dimensões da vida continuavam acontecendo e exigindo bastante de mim, como o desafio de ser iniciada em uma religião afro-maranhense chamada Tambor de Mina. No tambor de Mina, essa iniciação recebe o nome de “Encruzo”, ritual que consagra uma pessoa aos cuidados de um ou mais guias espirituais e exige do neófito uma série de restrições de comportamento, de alimentação e requer certo investimento financeiro para os preparos que antecedem o dia da cerimônia de iniciação. A cerimônia já estava marcada pela mãe de santo, aconteceu no quilombo de Santa Rosa dos Pretos, no dia 12 de março de 2022. No mesmo período, havia me inscrito no processo seletivo do mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA) da UEMA. Para minha surpresa, fui aprovada, mas precisava agilizar os trâmites institucionais para começar as aulas e ao mesmo tempo precisava cumprir o

preceito de clausura pós “encruzo”.

Todos esses acontecimentos ocorridos em 2022, de alguma forma, se conectaram. Demorei a perceber essa relação, assim como demorei a entender que já estava produzindo conhecimento junto aos Anapuru desde o início das pesquisas para o documentário. Minha iniciação espiritual em 12 de março, o começo do mestrado no mesmo ano, e o lançamento do documentário em 4 de maio de 2022 — tudo isso se entrelaçou, ganhando significado à medida que eu os compreendia.

I.III. Do título do filme a gravação no território dos Anapuru Muypurá

Nos parágrafos anteriores descrevi as circunstâncias socioemocionais em que o projeto audiovisual intitulado “Brotos originários” foi produzido. Assim como as escolhas que fui fazendo ao longo de sua elaboração.

Toda produção requer escolhas, sobretudo as produções de caráter audiovisual. É preciso escolher *local* de filmagem, *quem* serão os entrevistados, *como* serão entrevistados e filmados, quais serão os equipamentos utilizados, quais cenas serão selecionadas para compor o documentário, as que ficarão de fora, que cor será dada para aquela produção e por quê? a escolha do título da obra, tudo isso influencia no resultado de uma produção fílmica. E nesta não foi diferente, tive que fazer muitas dessas escolhas, algumas até precipitadas, outras mais assertivas e espontâneas e teve também as intuitivas.

Quando penso um projeto, seja qual for sua natureza, gosto de nomeá-lo logo de início. É como se eu precisasse “batizá-lo” primeiro para que ele ganhe forma e sentido. Sabe aquele tipo de pessoa que começa o trabalho escrevendo a introdução mesmo antes de desenvolver todo o restante do texto? Sou desse tipo. É como se a partir do “batizado”, ficasse mais nítido o que seria relevante perseguir. Nesses processos, costumo usar da minha aproximação com o universo da espiritualidade para chegar no nome que expresse a centralidade da inquietação. Geralmente a resposta ou “inspiração” vem e é em si a centralidade da motivação do próprio projeto, é difícil de entender, mas é também difícil de explicar.

No Dicionário Online de Português, *broto* significa: “Conjunto de pequenas folhas na extremidade da haste ou na axila das folhas; gomo, grelo, rebento”. O *broto* a que me refiro nesta pesquisa não é estritamente o broto no sentido biológico, mas uma

figura de linguagem utilizada para me referir às pessoas em processo de emergência identitária em determinada região, que fazem uso da vinculação com as memórias de seus ancestrais e de seu território para afirmar e reivindicar o reconhecimento de uma identidade específica.

Quando utilizei o nome “Brotos Originários” para nomear o filme documentário sobre os Anapuru Muypurá, foi justamente no sentido de algo que nasce a partir de outra coisa, mas que é novo, diferente do velho, sem perder o vínculo com as “raízes” antigas. É como se fosse uma atualização de algo que já existia e, ao mesmo tempo, um nascimento “novo”, tal como eu enxergava os Anapuru Muypurá em retomada naquele momento. E “originários” como sinônimo de indígena, do lugar, daquele lugar — De dentro, em oposição ao que é de fora.

Escolhi, entre muitas aspas, gravar o documentário inteiramente com um aparelho celular, por ser de fácil transporte e manuseio. Foi utilizado um smartphone da marca Samsung, a versão *Galaxy S20 Fe* e um microfone de lapela de baixíssima qualidade comprado na Rua Grande⁶ de São Luís por R\$:20,00 reais em 2022. Tanto o celular quanto o microfone foram adquiridos com recurso do edital, assim como os gastos com passagens e alimentação da pequena equipe de execução do projeto. A equipe de produção do vídeo foi composta por mim, Lucca Anapuru e Daniel Costa, um amigo que fiz em um curso de direção de cinema na Escola de Cinema do Maranhão (IEMA) em 2020. Daniel me auxiliou com a “pós-produção” e montagem do documentário.

Do ponto de vista técnico, a produção do documentário não foi fácil, muito pelo que já foi dito, mas sobretudo porque *Brotos Originários* foi a minha primeira experiência de direção audiovisual solo e sem equipamentos de maior qualidade. Uma das maiores dificuldades no processo de finalização do vídeo foi a falta de imagens de cobertura, fiquei pouco tempo gravando e tinha apenas um aparelho para captar todas as imagens, fiz poucas gravações que pudessem ser usadas como B-roll. As imagens de “cobertura” ou B-roll, na linguagem cinematográfica são aquelas imagens adicionais de uma cena, elas ajudam complementar uma cena, dando mais contexto e ritmo a ela, “amarrando” a narrativa que se quer contar. No processo de edição, ter uma boa quantidade dessas imagens auxilia o trabalho da montagem do filme.

No que tange à hospedagem e à logística de deslocamento para a gravação do documentário, Lucca e Márcio Anapuru foram os responsáveis. Lucca contribuiu com

⁶ A Rua Grande é um centro de comercialização de varejistas populares no centro da cidade de São Luís-MA.

sua experiência em deslocamento e transportes na região, indicando ônibus e horários, enquanto Márcio cedeu hospedagem em sua casa durante os dois dias de gravação.

O trajeto inicial de deslocamento foi do Quilombo de Santa Rosa dos Pretos a Chapadinha. Saí de Santa Rosa acompanhada de Lucca Anapuru, que naquele momento estava residindo na comunidade. Chapadinha é a cidade de nascimento de Lucca e o local onde vivem quase todos os seus familiares. O deslocamento do Quilombo de Santa Rosa até Chapadinha foi tranquilo. Fiz todo o trajeto conversando com Lucca, esclarecendo dúvidas e pensando em possibilidades de gravação para o documentário — lugares, pessoas. Em alguns momentos, parávamos para observar a paisagem devastada pelo plantio de monoculturas, como soja e eucalipto. Chapadinha é considerada por agricultores como a “fronteira agrícola do Maranhão” e atrai, em ritmo crescente, investidores interessados no cultivo e na comercialização de grãos como soja, milho e arroz, acirrando as disputas por terra.

Ao chegarmos à rodoviária de Chapadinha, Lucca me levou até a residência de sua avó materna, “Eudy”. Esse seria nosso ponto de apoio para descanso, almoço e banho em Chapadinha durante o dia e a noite. Além disso, Lucca havia manifestado o desejo de que sua avó participasse do documentário, falando de suas memórias e de seus familiares mais velhos.

Fomos muito bem recebidos pela anfitriã da casa, e conversei por algumas horas com dona Eudy. Ouvi muitos relatos sobre seus familiares indígenas e sobre experiências que marcavam sua identidade indígena. No entanto, ela não aceitou participar do documentário, justificando que tinha vergonha de câmera. Mesmo com toda a insistência do neto, o convite foi negado, e ela disse que deixaria para uma próxima vez.

Depois de instalada, segui com as investigações sobre os Anapuru em Chapadinha. Lucca me convidou a conhecer lugares importantes para a memória de seu povo dentro do território, como o bairro “Aldeia”, que, segundo moradores, era um antigo aldeamento dos indígenas Anapuru Muypurá.

O local possui pequenas fontes de água cristalina que os moradores utilizam para lavar roupas e tomar banho, apesar de todo o lixo ao redor. Lucca também me informou que ali são realizados rituais religiosos, nas muitas pedras existentes no local; atualmente, esses rituais são feitos por pessoas de terreiros, embora não esteja claro se apenas terreiros locais ou também de outras regiões. Contudo, Lucca mencionou que, na memória local, permaneceu o registro de que os antigos “índios” da região também usavam a fonte para cultuar seu sagrado, cultuavam uma divindade encantada que carregava uma cobra enrolada no corpo.

Para chegar até a fonte, passamos por um conjunto de casas feitas de barro

e palha. Parecia uma pequena vila: as casas eram muito próximas umas das outras, e o chão da rua era de terra batida e pedras — havia muitas pedras na região. Antes de adentrar a área, conversamos com alguns moradores que estavam em frente às portas que pareciam ser de suas casas. Perguntamos se podíamos entrar para ver a fonte; obtivemos permissão e seguimos. Naquele momento, não tivemos muito espaço para estender a conversa.

A fonte está localizada em uma área mais baixa, não alinhada com o nível do restante do terreno onde ficam as casas dos moradores da localidade. À medida que nos aproximávamos, ouvimos o barulho da água corrente e de vozes. Lucca, ao meu lado, explicava como era o lugar no passado e a importância simbólica da fonte para os indígenas Anapuru Muypurá da região. Após obtermos as permissões necessárias, entramos na área da fonte. A paisagem era bastante inquietante: muitos sons e, ao mesmo tempo, muita serenidade.

De cócoras, sobre um conjunto de grandes pedras, estavam três jovens conversando. Cumprimentamo-los, e eles se afastaram um pouco. Antes que se distanciassem completamente, fiz algumas perguntas. Perguntei se ainda utilizavam a fonte e em que circunstâncias. Responderam que sim, que a usam para tomar banho e recolher água para lavar roupas e louças, mas que atualmente a utilizam menos porque está cada vez mais suja e as pessoas continuam jogando lixo. Contaram que os moradores da região promovem mutirões de limpeza, mas que pessoas de outras localidades vão até lá e deixam lixo na água, o que tem causado o secamento da fonte.

Em Chapadinha visitei outros lugares-memórias, todos foram apresentados por Lucca, encerramos com a visita à rodoviária. Lucca quis mostrar o grafite na parede com a frase “*essa é nossa história*” que denotava orgulho da identidade local. A imagem, disponível no caderno de imagens do Capítulo 3, era composta por uma mulher negra segurando uma criança sem roupa, do lado direito da imagem de um indígena de cocar e do esquerdo uma palmeira de babaçu.

Após passarmos um dia e uma noite em Chapadinha, dedicadas à filmagem e à pesquisa, seguimos para Brejo, onde Márcio e sua família já nos aguardavam. Fomos recebidos por uma família composta por seis pessoas e um papagaio. Depois de conversarmos e explicarmos o propósito de minha presença, saímos para conhecer a cidade e visitar as casas dos possíveis entrevistados para o documentário. Também visitamos os lugares de memória do povo Anapuru Muypurá em Brejo, como havíamos

feito em Chapadinha.

O município de Brejo enfrenta, tal qual Chapadinha, problemas decorrentes do avanço do agronegócio, como pulverização aérea, desmatamento e extensas plantações de soja, além de inúmeros conflitos fundiários com fazendeiros. Esses elementos compõem e tensionam a paisagem local.

I.IV. Das personagens do documentário

Depois de me situar geograficamente na cidade de Brejo e conhecer lugares importantes para a luta do povo em retomada, fui conhecer as personagens do meu filme.

Houve alteração e redução no elenco. Algumas pessoas que haviam se disponibilizado a gravar para o documentário estavam doentes, com sintomas de covid-19 e não puderam me receber. Isso se apresentou como um desafio para o primeiro dia de gravação, pois me fez repensar o roteiro planejado.

As personagens do documentário são: *Maria das Dores, dona “Dorzinha”*, de Brejo; *Gleydson de Castro Oliveira Anapuru, o “Lucca”*, de Chapadinha; *Márcio Saraiva Anapuru Muypurá*, de Brejo, *Larissa Anapuru Muypurá*, de Brejo e *Vitória Anapuru Muypurá*, de Brejo. Essas foram as pessoas que consegui gravar quando produzi o documentário.

No roteiro pensado para Brejo, passaríamos dois dias gravando. Infelizmente não houve tempo nem disponibilidade de recursos para mais dias.

A primeira pessoa a ser gravada foi Dona Dorzinha. Ao chegar no bairro onde ela mora, o *Morro do São João* — um bairro muito conhecido na cidade pelo seu alto índice de moradores marginalizados — procuramos sua casa. Seu esposo nos informou que ela não estava, pois estava na casa de outra pessoa buscando ervas para fazer um chá para a filha que estava doente. Seguindo as instruções do marido, resolvemos ir atrás de dona Dorzinha, mas ainda a encontramos no caminho da casa onde buscaria as ervas. Lucca a cumprimentou de imediato e trocou algumas palavras, que revelavam o carinho entre os dois. Eu, na sequência, me apresentei. Dona Dorzinha é uma verdadeira personalidade local, muito comunicativa e alegre. Lucca perguntou a finalidade da erva, e ela respondeu que seria para fazer um remédio para a filha, que estava doente com gripe. Como não tinha dinheiro para comprar medicamento na farmácia, ela fazia “remédio do mato” — e até preferia.

Achei a cena muito boa e, como Lucca já havia explicado para ela o objetivo da minha viagem, perguntei se podia gravá-la falando aquelas coisas. Ela sorriu, como

quem não achasse importante o que estava dizendo, e consentiu à gravação. Esse primeiro momento virou uma das cenas de abertura do documentário. Conforme frame abaixo:

Foto 1- Cena do documentário Brotos Originários (2022)



Fonte: documentário Brotos Originários (2022) (minutagem: 0:44 segundos)”.

Foto 2- Cena do documentário Brotos Originários (2022)



Fonte: documentário Brotos Originários (2022) (minutagem: 0:45 segundos)

Foto 3- Cena do documentário Brotos Originários (2022)



Fonte: documentário Brotos Originários, (2022) (minutagem: **0:53 segundos**)

Esses são os *frames* das primeiras imagens que gravei de dona Dorzinha, no momento do nosso primeiro encontro. Este momento tinha sido pensado para um diálogo inicial, não planejei gravar de imediato, mas a cena se montou e intuitivamente senti vontade de gravar. Foi tudo muito espontâneo e ela parecia não se incomodar com um celular gravando seu rosto. Enquanto seguíamos para sua casa, onde ela nos receberia para entrevista mais formal e gravação, desabafou sobre as dificuldades que estava encontrando com a pandemia, dos descasos por parte do governo municipal com os moradores de Brejo. Pude perceber que ela, assim como eu e tantas outras pessoas, tinha muitas dúvidas e medo sobre a doença que estava matando tantas pessoas em várias partes do globo.

A minha conversa com dona Dorzinha aconteceu de forma muito fluida, deixei que ela ficasse à vontade sobre o que gostaria de falar, eventualmente eu fazia intervenções com as perguntas, algumas pensadas na elaboração do roteiro e outras que surgiram ali, no decorrer da nossa conversa. Lucca também fazia suas intervenções, solicitando que ela falasse sobre suas memórias e de seus familiares. Os temas da nossa conversa giravam em torno de memória, pertencimento, negações e violações de direito e a necessidade de agora, frente a atualização de violações e silenciamentos estatais, dizer quem ela é, assumir socialmente sua identidade indígena. Dona Dorzinha iniciou sua apresentação para o documentário com a reafirmação de sua identidade, frase que inspirou

o título dessa dissertação:

Meu nome é Maria das Dores. Apelido Dorzinha. Sou índia. Me orgulho. Mas tinha vergonha de dizer, porque o povo mangava da gente, *mas que eu não posso sonegar uma coisa que eu sou (minutagem: 1:09)*.

Quando afirma: “Eu me orgulho, mas tinha vergonha de dizer, porque o povo mangava da gente”, dona Dorzinha revela as dores e violências que marcam os processos de expropriação e invisibilização de muitos povos no nordeste brasileiro. Por isso, para ela — assim como para muitos indígenas Anapuru Muypurá — retomar é preciso. Nesse sentido, dona Dorzinha já não pode mais “*sonegar*” quem é.

No documentário, destaquei dona Dorzinha como uma personagem central, pois sua experiência sintetiza muitos dos elementos necessários para compreender as dinâmicas e contradições vividas por grupos e povos historicamente violentados, bem como os processos contemporâneos de retomada identitária e política.

Minha família toda é de Brejo. Minha tataravó, o nome dela era Ana de Anapurus. E meus avós contava que a minha tataravó foi pegada a dente de cachorro aqui no Brejo, quando invadiram. Então, deixaram até uma pedra muito grande lá perto da igreja da matriz escrito. Quando eles atacaram o brejo para tomarem (*minutagem: 1:38*)

No conjunto de afirmações acima, coletados do depoimento em áudio e vídeo para o documentário, é possível denotar que dona Dorzinha tinha o desejo de demarcar presença, vínculo e pertencimento a um povo e ao seu território tradicional, indiciando que sua existência faz parte de uma continuidade cultural. Para Alfredo Wagner os processos de retomada geram esse efeito, um desejo de reconstrução de si e de suas territorialidades. (Almeida, 2008, p.97).

Depois de gravar e passar uma manhã inteira na casa de dona Dorzinha, voltamos para a casa de Márcio, nosso anfitrião em Brejo. Havíamos combinado que gravaríamos pela tarde com ele e em alguns espaços da cidade. Contudo, o mal tempo dificultou esta gravação. Estávamos no período chuvoso e o céu escureceu, impossibilitando a captação de boas imagens. Mesmo assim, pelo pouco tempo, tentamos gravar com Márcio em seu quintal. O roteiro pensado para todos os “personagens” era muito semelhante, depoimento da retomada e relatos de memória.

Márcio é um jovem gentil e comunicativo, quando realizamos as gravações tinha trinta e dois anos. Possui uma voz firme, que lembra a de um locutor de rádio. Em

diversos momentos, afirmou sentir orgulho de ser brejense e indígena. Foi um dos primeiros jovens a se engajar no processo de retomada em Brejo. Um aspecto curioso, sobretudo em contraste com dona Dorzinha, é que, apesar de sua desenvoltura na comunicação, Márcio ficava muito nervoso diante das câmeras. Realizei várias tentativas de filmá-lo em sua casa, sem sucesso — embora tenha rendido boas risadas — e, por isso, deixamos a gravação de seu depoimento para o dia seguinte, nosso último dia em Brejo.

Contudo, ainda no mesmo dia originalmente planejado para a gravação com Márcio, a combinação da chuva e do nervosismo de seu depoimento exigiu uma reformulação do planejamento de filmagem. No novo roteiro, por indicação de Márcio, dirigimo-nos à residência de Larissa Muypurá, vizinha e prima de Márcio. Após me apresentar e explicar os objetivos da visita, Larissa demonstrou interesse em participar, reconhecendo a oportunidade de afirmar sua identidade. Apesar da vergonha de falar diante da câmera do celular, aceitou colaborar com o documentário, e a gravação ocorreu no interior de sua residência.

Foram necessárias algumas tentativas até conseguirmos captar registros e depoimentos de Larissa. Em seu breve depoimento, ela evidencia que seus maiores desafios estão relacionados à sua identidade indígena e ao fato de ser uma mulher lésbica. Para Larissa, essas duas identidades são fortemente negadas em Brejo, evidenciando os mecanismos de exclusão social e cultural que atravessam sua vivência cotidiana, e os efeitos dessa marginalização em processos de afirmação identitária.

Eles dizem que não tem índio aqui e isso é lamentável porque a nossa história é baseada nos índios aqui da nossa cidade. E todo mundo deveria reconhecer e **é bom quando a gente pode ser quem a gente é, ainda mais aqui nessa cidade, onde muitos tem medo de ser quem são** (*minutagem: 04:13*).

Larissa faz parte do grupo de jovens indígenas brejenses que compõe a retomada político-cultural do povo Anapuru Muypurá. Assim como dona Dorzinha, ela verbaliza o receio de assumir publicamente sua identidade indígena, revelando os desafios que são enfrentados cotidianamente. Às vezes, dentro da própria família, em que muitos, pautados no discurso de invisibilidade estatal, não se reconhecem e não permitem que membros da família façam esse autorreconhecimento. Ouvi por exemplo, da tia de Larissa, algo como “*antes tinha muito índio aqui, minha vó era essas coisas, mas hoje se acabou tudo, tem mais não*”. Por outro lado, dentro da mesma família, pude ouvir a sua avó, que relatou muitas das suas lembranças junto aos familiares indígenas, as brincadeiras de criança, as subjetividades religiosas, as formas de preparo dos alimentos,

dos utensílios de cozinha.

No último dia de gravação em Brejo, Lucca e Márcio me levaram para conhecer outras pessoas que fazem parte da retomada e se autoidentificam como indígenas Anapuru Muypurá. Estivemos em três casas, dois núcleos familiares. Em todas essas casas ouvi histórias de infância, como se eles quisessem legitimar para mim sua identidade a partir de seus ancestrais considerados “índios legítimos”, inclusive ouvi frases como estas: *“meu avô era índio legítimo”* *“meu pai era índio verdadeiro”*. Outro ponto que apareceu no contexto de produção do documentário, mas que apareceu também quando retornei no ano seguinte para fazer campo, já cursando o mestrado, é o uso da palavra “indiano” como sinônimo de indígena.

Outra categoria que também apareceu em campo foi o uso de *“família”* para se referir às pessoas com identidade indígena Anapuru Muypurá. “Nós somos da família dos índios”, disse dona Dorzinha em uma das minhas visitas de campo. Ouvi de muitas pessoas em Brejo, sobretudo as mais velhas, essa associação. “Minha família toda é de indiano”, moravam mesmo naquelas casas de palha, no mato. Dormiam em esteira e rede de palha. Isso também apareceu na fala de dona Doraci quando voltei para realizar campo para o mestrado. Dona Doraci tem um bar coberto de palha de tucum e em formato redondo, que se chama “Cabana Indiana”. A palavra indígena não apareceu como usual em Brejo e Chapadinha, sobretudo entre pessoas mais velhas. Para essas pessoas, a palavra “índio” é mais significativa.

Das pessoas que fui levada para conhecer na manhã do nosso segundo dia de gravação, uma aceitou gravar, as outras disseram estar ocupadas e pediram que eu voltasse em outro momento. Senti que a câmera era o problema. Mas respeitei e segui com a agenda de gravação do dia. Seguimos para a casa de dona Dorzinha novamente, faríamos a segunda etapa de gravação com ela. Nessa segunda etapa contamos com a presença de sua neta Ana Vitória Anapuru Muypurá, que também se mostrou interessada em oferecer o seu depoimento, pois a avó reforçou que ela tinha muito orgulho de ser indígena. Nas palavras dela: *“Meus amigos me perguntam na escola se eu sou índia, minha mãe é índia e eu digo que sou índia com muito orgulho”* (minutagem: 14:57).

Após a finalização da gravação na casa de dona Dorzinha seguimos para a casa de Márcio, havia reservado esse momento da tarde com ele e seus familiares, seria um momento de escuta e se fosse possível, gravações. A tarde foi muito agradável, ouvi as histórias de seus familiares sobre suas vivências indígenas. Ninguém quis gravar, alguns tentaram, mas o nervosismo não deixou que prosseguíssemos. Márcio se

disponibilizou novamente a tentar a gravar, dessa vez conseguimos. Falou de como se inseriu no processo de retomada e nas articulações políticas do grupo, relatou as dificuldades que encontra ao afirmar que é indígena. Falou da importância de Lucca como articulador e como alguém que luta pelos direitos da coletividade do grupo dos Anapuru Muypurá, o reconhecendo como uma liderança jovem do povo.

Colhidos os relatos de memória das pessoas que aceitaram gravar, fomos passear pela cidade, a fim de captar mais imagens para compor o documentário. Filmamos locais públicos como igrejas, praças e objetos que demarcam a presença indígena no local, como uma pedra pião que foi usada no século XVIII para demarcar o território dos “índios” da região. Hoje a pedra se encontra ao lado da igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição, juntamente com o poema “histórico de Brejo” de Temístocles C. Furtado, fixado pela academia de letras Brejense em 2004, que diz:

Este marco que aqui fica, / Com amor se petrifica/ Sobe os olhos de Jesus/ E um marco que indica/ Que essa terra sempre rica, / Ainda hoje pertence/ Aos índios Anapurus!.../ Foi por Carta, de Data e Sesmarias, / Do rei lhes concedia/ Que nosso Brejo veio a Luz.

Encerrada a agenda de gravações em Brejo, segui em companhia de Lucca para o quilombo de Santa Rosa dos Pretos. Havíamos combinado que o seu depoimento seria gravado lá, já que ele estava morando no quilombo e eu precisaria retornar para encaminhar a montagem do filme documentário a ser entregue a SECMA. Em Santa Rosa, gravamos durante uma tarde inteira, Lucca possui muito conhecimento sobre seu povo, é considerado pelos demais como uma liderança jovem e essencial nos avanços da retomada. Possui muito facilidade em comunicar diante das câmeras e ficou muito à vontade, talvez pelo grau de proximidade que possuímos. Não fiz muitas intervenções em sua fala, preferi que falasse o que quisesse, assim como fiz com os demais. Abaixo, um pouco do seu depoimento registrado em áudio e vídeo:

Me chamo Gleydson, tenho 25 anos, mas todo mundo me conhece como Luca Muypurá. Sou indígena, meu povo está em processo de retomada. Pertencço ao povo Anapuru Muypurá de Chapadinha, da região do Baixo Parnaíba. E a minha relação com essa ancestralidade indígena, ela parte muito das memórias e dos fazeres e saberes que é contado pela minha bisavó. A minha bisavó, a gente viveu um tempo, eu e minha mãe, meu irmão, no povoado Carnaúba Amarela, próximo à casa dela. Primeiramente a gente viveu numa casa de Taipa, né? E depois a gente se mudou para uma casa em outro setor no povoado chamado Mangueira, uma casa que foi construída de adobe, né? Uma espécie de tijolo que é feito de barro. E lá, na convivência com minha bisavó, né? Eu aprendi muito sobre a história do meu povo. Muito de uma forma ainda, é, como eu

posso dizer, tímida, né?

Até porque o meu povo, ele passou por um processo de silenciamento, as perseguições, a escravização também dos nossos ancestrais. Então, isso gerou um medo, né? Frustrações. E, os nossos mais velhos até hoje tem um certo receio, um medo de contar a história. (minutagem: de 07:28 a 08:42).

Lucca, como prefere ser chamado, é um dos meus principais interlocutores nesta pesquisa e no contexto do documentário foi meu assistente de produção. Participou ativamente das decisões e escolhas de recortes do filme.

Depois de gravar todas as imagens e depoimentos que comporiam o documentário, segui para as demais etapas de produção audiovisual, o pós-produção. Nesta fase é realizada decupagem do material gravado, a “seleção”, em outras palavras, é feita análise de som e qualidade da captação de imagens, mas, como disse inicialmente, eu já sabia, desde o princípio que poderia ter dificuldades com a parte técnica, pois não possuía os melhores equipamentos, nem mesmo as melhores condições de gravação de um filme. Mas, depois de fazer todo o processo de edição/montagem, mostrei para o Lucca, e para as demais pessoas que fizeram parte, a versão preliminar do filme documentário. Todos aprovaram e cheguei ao entendimento que já podia finalizar o trabalho, pois pelo pouco material colhido, prazo curto de entrega e circunstâncias sanitárias em decorrência da covid-19, não havia mais o que se fazer naquele momento, estava finalizado a primeira etapa do projeto audiovisual “Brotos Originários”.

I.V. Da repercussão do vídeo documentário

A repercussão do vídeo foi bastante expressiva, principalmente na região de Brejo, onde se encontra a maior concentração do povo Anapuru Muypurá em retomada. O documentário teve grande circulação local, estadual e interestadual. Outros povos entraram em contato para pedir autorização de exibição do documentário para eventos, formações e até em universidades. A prefeitura de Brejo ficou animada com o documentário e com as falas sobre a identidade do povo, sobre o sentimento de pertencimento, as narrativas de memórias. O entusiasmo da prefeitura de Brejo foi tanto que no ano seguinte produziram um vídeo institucional com personagens, imagens e recortes muito semelhantes ao que filme que produzi. As pessoas que entrevistei foram procuradas pela prefeitura para darem seus depoimentos novamente.

É como se o filme estivesse provocando um avivamento de identidade localmente. A partir do documentário, da luta do povo, que é anterior ao filme, e através da continuidade da retomada político cultural, outras pessoas e instituições foram

mostrando interesse pelo povo novamente. A exemplo, a Universidade Federal do Maranhão, campos São Bernardo, que exibiu o documentário e iniciou pesquisa junto aos Anapuru Muypurá de Brejo e Chapadinha.

A partir da circulação do documentário fomos convidados para participar de um cine debate chamado “Kanduna Puri” em Minas Gerais, no auditório da estação Hervé Cordovil. Também fomos selecionados para participar de uma mostra audiovisual no Centro-Oeste intitulada “*mostra clandestina Raiz Cainana*” onde foram exibidos filmes do Brasil inteiro produzidos por mulheres. Abaixo os Cartazes, tanto do cine Debate como o usado na amostra.

Foto 4- C a r t a z de divulgação do Cine Debate no cine Kanduna Puri



Fonte: cine Kanduna Puri (2023)

Foto 5- Cartaz de divulgação de seleção na mostra clandestina Raiz Cainana em 2022.



Fonte: mostra clandestina Raiz Cainana (2022)

“Brotos Originários” também foi exibido em escolas e em eventos em São Luís voltados a povos indígenas, além de ter circulado em outros estados, em eventos promovidos por povos igualmente em processo de emergência étnica. Um exemplo é o povo Puri, do Espírito Santo (ES), que organizou um cine debate para exibir e discutir o filme. Em diálogo com uma das representantes do povo, perguntei como havia sido a exibição e ela relatou que a discussão gerada, a partir do documentário, foi muito rica, sobretudo porque o evento era voltado à juventude do povo. Ela destacou que os jovens presentes se mostraram bastante observadores e participativos, o que contribuiu de maneira significativa para o sucesso do debate e para o fortalecimento do povo.

Fiquei extremamente feliz com o retorno de Sayma Puri, liderança do povo Puri, não apenas por ver uma produção realizada com tantas dificuldades sendo compartilhada, mas também por constatar que o processo de retomada do povo Anapuru Muypurá estava ultrapassando fronteiras. Além das discussões, o evento organizado pelo povo Puri gerou recursos financeiros, os quais foram doados ao povo Anapuru Muypurá, de Brejo e Chapadinha, para o fortalecimento de seus encontros e iniciativas de mobilização. Abaixo, dois registros dos poucos feitos no dia da exibição no cine debate.

Foto 6 – Registros feitos por Sayma Puri na exibição do Documentário no ES



Fonte: Povo Puri (2025)



Fonte: Povo Puri (2025)

Quando idealizei a produção do curta-metragem documental, não imaginava as proporções que ele poderia alcançar. Em nenhum momento pensei que esse trabalho se tornaria, mais adiante, a base de uma pesquisa de mestrado, nem que poderia servir de exemplo para outros povos em processo de afirmação identitária. No entanto, mesmo sem essa perspectiva clara, havia dentro de mim uma intuição muito forte — uma força nada silenciosa — que me guiava e impulsionava nessa investigação desde o início. Há uma frase, cuja autoria desconheço, que diz algo como: “Quando a gente deseja muito uma coisa, ela também nos deseja”. Era esse sentimento que parecia me conduzir ao longo de todo o processo de gravação de *Brotos Originários*.

Realizar o documentário e, mais tarde, me debruçar sobre essa escrita, foi uma experiência profundamente transformadora. E muito disso se deve à presença, escuta atenta e colaboração generosa do amigo Lucca. Ter ele ao meu lado fez toda a diferença. Assim como eu, Lucca transita entre mundos — entre o visível e o invisível — e compartilha essa sensibilidade que nos permite captar sutilezas, decifrar silêncios e perceber os signos que se manifestam gentilmente nas entrelinhas da dureza da realidade branca ocidental.

I.VI Retorno a Campo para construção da pesquisa de mestrado

Depois da repercussão do vídeo, de muitos diálogos com pessoas próximas e com membros do grupo, resolvi investir em uma pesquisa mais sistematizada sobre os Anapuru Muypurá de Brejo e Chapadinha. Agora, não mais para gravar um filme, mas para entender melhor como esse povo estava se organizando e o que estava sendo mais significativo dentro do processo político-organizativo que estavam chamando de Retomada.

Meu primeiro retorno a campo após a produção do documentário foi bem distinto da primeira vez que pisei no território. Nesse segundo momento, eu não fui acompanhada por Lucca Anapuru Muypurá, e isso, por si só, já fez total diferença. Se passaram dois anos desde a última vez que tinha estado presencialmente com os Anapuru de Brejo. Notei que algumas casas estavam diferentes, com cores distintas, algumas até maiores. A paisagem tinha mudado. Tive a sensação de uma expansão no número de casas também. Dessa vez, não fiquei hospedada na casa de Márcio, pois o Lucca já havia

articulado para que eu ficasse no prédio da paróquia ao lado da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Brejo.

Planejei bastante esse momento: como seria minha chegada no território, qual postura gostaria de ter em campo, as pessoas e os lugares que queria rever. Estava muito ansiosa para dividir com meus interlocutores que eu estava realizando campo para uma pesquisa de mestrado; queria deixar registrado esse vínculo com a universidade e a minha condição de estudante naquele momento.

Antes de retomar a campo conversei com Lucca, Márcio e dona Dorzinha. Tive apoio para realizar a pesquisa. Mesmo não me acompanhando, Lucca me deu todo suporte à distância, auxiliando na articulação com as pessoas que iriam me receber. Márcio me acompanhou em várias visitas que realizei, tanto na casa das pessoas quanto nos lugares que chamei de “lugares-memória”, que são espaços com forte simbolismo para os Anapuru Muypurá dentro do território de Brejo. Foi Marcio também a pessoa responsável pelo meu deslocamento dentro de brejo, fizemos todas as visitas em sua motocicleta vermelha. Um dos motivos pelo qual ele me acompanhava em todas as visitas.

Minha última viagem de campo para Brejo, foi em 16 de maio de 2024. Em um dos meus últimos diários de campo, registrei como foi essa chegada no território.

[...] Chegando em Brejo, avisei Marcio e seu Zé Maria, que já esperavam minha chegada. Seu Zé Maria trabalha na diocese e na pastoral de Brejo e, por meio de uma mediação de Lucca Muypurá, me hospedaria no escritório da diocese. Ele foi até a parada onde desembarquei para entregar as chaves e me mostrar a casa onde eu ficaria. Depois de me dar as boas-vindas, mostrar cada cômodo da casa e explicar como eu poderia utilizá-los, seu Zé Maria me apresentou a Franciane, que trabalha na secretaria da diocese e no apoio às atividades realizadas pelo bispo Dom Valdecir.

Me instalei, tomei banho e, logo em seguida, Marcio chegou. Marcio é um dos jovens que está à frente, assim como Lucca, da retomada política do povo Anapuru Muypurá. Eu não sabia ao certo com quem falaria primeiro; tinha alguns nomes para entrevistar e algumas visitas a fazer. Marcio sugeriu que fôssemos visitar uma senhora chamada Doraci, que fazia redes e tapetes de fibra de buriti e tucum. Seguimos na moto de Marcio até a residência de dona Doraci. A casa de dona Doraci fica no bairro Zé Gomes, não muito distante do centro de Brejo. Paramos em uma barraca em frente à casa; a barraca pertencia à irmã dela, que vendia café com bolo todos os dias para complementar a renda familiar. Deixamos a moto estacionada e entramos na área da residência. Logo de cara encontramos dona Doraci sentada no chão, trançando um tapete que havia sido encomendado. Ao lado, havia uma criança de aproximadamente seis anos, uma menina, além de duas mulheres adultas e uma adolescente de cerca de 17 anos. O marido de dona Doraci, conhecido como “Topa Tudo”, também estava no local, sentado em um banco de madeira, observando as mulheres trabalharem. As mulheres mencionadas eram todas parentes de dona Doraci — sobrinhas e netas. Elas estavam fazendo recortes de papel e pintando palitos de churrasco de preto; parecia ser alguma atividade pedagógica ou artesanal, não deu para identificar claramente.

A minha presença e a de Marcio chamou a atenção de todas. Demos boa tarde, me apresentei e expliquei o motivo da visita. Dona Doraci não parecia muito interessada em falar comigo; mal me olhou nos olhos no primeiro momento. As outras mulheres continuaram conversando entre si, e uma delas perguntou algo a Marcio. Depois de responder à moça — que, como fiquei sabendo, era a sobrinha de dona Doraci e se chamava Joyce — Marcio voltou a atenção para mim e para dona Doraci, que continuava calada e de cabeça baixa, concentrada no trançado.

Marcio tentou uma mediação, falou sobre o movimento e fez o convite para o encontro em que seria discutida a criação da associação. Eu observei a conversa e fiz questão de me posicionar como estudante pesquisadora; falei sobre o documentário que produzi em 2022 e perguntei se podia mostrar a ela. Dona Doraci respondeu positivamente com a cabeça, ainda sem me olhar muito. Coloquei o filme no celular mesmo — e então brotou um sorriso. Não mostrei o filme todo, apenas o suficiente para que ela entendesse do que estávamos falando e a importância daquela conversa.

Elogiei seu trançado e perguntei como havia aprendido. Ela respondeu que, desde os quatro anos de idade, fazia aquela atividade; que aprendera com a mãe a fazer redes de palha de tucum e que os tapetes aprendera a fazer sozinha, pois a mãe não fazia tapetes — apenas redes.” Depois disso, a conversa foi fluindo, e ela se mostrou mais receptiva ao diálogo. Perguntei se podia gravar nossa conversa e ela respondeu: “precisa não”. A sobrinha, Joyce, que percebeu meu interesse em manter a conversa, começou a falar do ofício da tia e das andanças dela para Teresina para vender os tapetes, que são muito procurados.

Enquanto ouvia Joyce, fui observando o espaço em que estávamos. Era uma casa em formato circular; ao lado havia outra casa menor, também circular. Na parede da casa havia a imagem de um indígena com uma lança apontada para uma onça-pintada; acima da imagem estava escrito “Cabana Indiana”. Depois, fiquei sabendo que se tratava de um bar da família de dona Doraci.

Voltando minha atenção novamente para dona Doraci, que já se mostrava mais aberta ao diálogo, perguntei se podia fotografá-la fazendo o tapete. Ela disse que sim, depois levantou e pediu para eu fotografá-la fazendo rede. Fiz algumas fotos e mostrei o resultado para ela; ela sorriu e pareceu gostar.

Em determinado momento, ela me perguntou se eu sabia de algum projeto para artesanato. Respondi que, no momento, não, mas que existiam muitos editais do governo do estado, bastando ficar atenta para quando fossem abertos. Falei isso me direcionando a Joyce, que parecia saber do que eu estava falando.

Depois dessa pergunta de dona Doraci, senti necessidade de reforçar que eu era estudante de mestrado e colaboradora no movimento de retomada Anapuru Muypurá. Também mencionei que sou do Baixo Parnaíba e que meus familiares moravam ali perto. Quis fazer essa observação para demarcar bem minha intenção e meu lugar ali.

Depois de algum tempo, já quase escurecendo, entendemos que era hora de voltar. Nos despedimos, agradei a conversa e perguntei se poderíamos retornar em outro momento para uma entrevista; dona Doraci disse que sim. Eu e Marcio seguimos em direção à casa dele. Antes, paramos em um posto de gasolina para que eu pudesse reabastecer a moto de Marcio. Em seguida, fomos para a casa dele. Na entrada havia uma mesinha com a imagem de Nossa Senhora de Fátima e algumas rosas — era mês mariano, e a santa estava à espera das rezadeiras do bairro. Fui informada de que a santa circulava de casa em casa e que, naquele dia, a parada seria na casa de Marcio.

Subi a escadinha da casa e encontrei dona Luiza sentada no sofá vendo TV. Ela ficou muito contente de me rever; dei um abraço apertado nela, conversamos brevemente e descemos para a frente da casa, pois as rezadeiras tinham chegado. Acompanhei a reza: era um grupo de 12 mulheres, todas senhoras. Depois de quase uma hora de reza, voltei para a hospedagem para tomar banho e descansar.

(Trecho de diário de campo de 16/05/2024)

Dona Doraci não participou do documentário e eu não a conheci em 2022, quando estive em Brejo pela primeira vez. O mesmo ocorreu com o benzedor “Diarroz” que, apesar de eu tê-lo conhecido naquele ano, não foi filmado para o documentário.

Na conversa com Dona Doraci, pude constatar, a partir da escuta, a dificuldade que algumas pessoas enfrentam para conseguir trabalhos dignos e bem remunerados. Ela fez um desabafo sobre seu trabalho, dizendo que é pouco valorizado e que, localmente, as pessoas não dão o devido reconhecimento ao seu trançado com palha de buriti e tucum. Por isso, ela vai para Teresina-PI quinzenalmente vender seus tapetes e redes por preços mais justos. É com essa venda que consegue sustentar a família — esta é sua principal fonte de renda.

Dona Doraci é uma mulher de 60 anos, magra, baixa, de cabelos longos e lisos. À medida que fomos conversando, percebi que ela foi ficando mais receptiva. Perguntei o que ela sentia ao confeccionar os tapetes, pois parecia muito concentrada, transmitindo a quem observava a sensação de muita tranquilidade. Ela respondeu:

Ah, eu gosto muito. Eu faço todo o processo sozinha, desde ir tirar a palha no mato sozinha. Às vezes essa criança quer me acompanhar, mas eu não gosto de levar ela porque ela é muito pequena. Mas veja aí como ela já sabe fazer: aprendeu só de ver. Eu não gosto dela ficar mexendo com faca nem de me acompanhar pro mato, porque tem os espinhos do tucumzeiro (Diário de campo, 2024).

No dia seguinte à visita a Dona Doraci, fui visitar seu “Diarroz”, um dos benzedores de Brejo. Quando chegamos à casa onde ele vive com a irmã, ele estava na cozinha arrumando algumas coisas que não consegui identificar. Márcio o chamou, demos “bom dia”, e ele explicou o motivo da nossa presença em sua residência. Seu Diarroz me reconheceu e lembrou da visita que fiz a ele, junto com Lucca, em 2022, quando gravávamos o documentário. Logo em seguida, chegou um homem com uma criança para ser benzida por ele — algo que fazia com muito zelo e satisfação.

Enquanto seu Diarroz rezava na criança, Márcio me contou que aquela era sua rotina: todos os dias havia pessoas para serem rezadas e a casa estava sempre cheia. Assim que terminasse, ele viria conversar conosco.

Antes de iniciarmos a entrevista, Márcio me explicou que o rezador possuía limitações na fala — às vezes era difícil compreendê-lo — e que eu precisaria falar “alto” para que nossa conversa fluísse melhor.

Quando seu Diarroz retornou do atendimento, pedi novamente autorização para gravar nossa conversa. Ele autorizou, sempre com um sorriso no rosto. Minha conversa com ele foi basicamente sobre sua vida religiosa; sempre que eu tentava mudar o assunto, ele voltava a falar sobre sua rotina de rezador.

Enquanto seu Diarroz, com uma dicção bastante difícil de compreender, tentava me relatar um pouco sobre suas experiências de vida e de morte e como isso se relacionava ao seu “dom espiritual”, eu tentava organizar a câmera para gravar. Ele já havia autorizado a gravação, mas fiz questão de perguntar novamente se realmente permitia. Ao lado, Márcio me observava, como se analisasse cada gesto meu com os equipamentos de captação de áudio e imagem. Elogiou a câmera do celular e pediu que depois eu fizesse fotos dele com seu Diarroz. Em algum momento, fez questão de dizer que aquela era a primeira vez que seu Diarroz concedia uma entrevista.

Assim que começamos a entrevista, entendi que seu Diarroz estava com bastante dificuldade para falar e talvez para compreender as perguntas que eu fazia. Possivelmente eu não estava falando alto o suficiente para sua audição comprometida. Nesse momento, involuntariamente, desisti da entrevista com a estrutura planejada. Deixei-o falar — o que não ultrapassou uma dúzia de palavras sobre seu dom espiritual. Seu Diarroz contou que “foi no caixão e voltou”. E que, quando voltou, já trouxe consigo o dom de rezar; que, de todos da família, ele era o único que sabia fazer isso. Disse que foi Deus quem lhe deu esse dom, que encontrou Jesus quando morreu e que Deus o mandou voltar para rezar pelas pessoas. Afirmou que não quer nada em troca, “não pode pegar em dinheiro”. As pessoas lhe dão camisa, arroz, como forma de agradecimento, mas dinheiro ele não aceita. Inclusive, o nome “Diarroz” vem dessa prática de receber arroz das pessoas que ele benze como forma de agradecimento pelo seu trabalho.

Depois de seu Diarroz resumir brevemente os fatos extraordinários que o tornaram rezador, Márcio tentou explicar mais detalhadamente a história, já que ela era bastante conhecida em Brejo. Relatou que, quando criança, por volta dos 7 anos, seu Diarroz foi dado como morto; fizeram o funeral e tudo. Mas, em algum momento, ele se levantou do caixão e falou, o que foi considerado um milagre. Segundo Márcio, o caixão em que seu Diarroz seria enterrado quando criança está até hoje na igreja, como prova do milagre. Na experiência narrada por seu Diarroz, ele afirma que, no momento em que morreu, teve um encontro com Deus, que lhe disse que sua missão na Terra não havia terminado e que ele deveria usar seu dom para ajudar as pessoas, sem cobrar por isso.

Enquanto ouvia esses relatos, tentava não me desconcentrar com o barulho ao redor da casa do seu Diarroz; havia um som de música alta na casa do vizinho. Não estava assim quando chegamos. Depois de cerca de dez minutos de conversa, chegou um homem em uma moto para buscar seu Diarroz para rezar por sua filha em outro ambiente. Seu Diarroz pediu que esperasse um pouco ou voltasse depois; ele respondeu que iria esperar. O homem ficou lá fora aguardando enquanto trocávamos mais algumas palavras com seu Diarroz. Em determinado momento, Márcio me informou novamente que a casa do seu Diarroz é sempre muito cheia e que aquele era um dia atípico, porque não havia “nem dez pessoas lá”. Fiquei impressionada com a informação, mas me lembrei que, em 2022, quando fui conhecê-lo, a casa tinha três pessoas com crianças aguardando para serem atendidas por seu Diarroz.

Como vi que o homem ainda estava esperando e parecia apreensivo, decidi encerrar a conversa com seu Diarroz. E assim fiz: agradei as palavras e o café, e fui embora com Márcio.

No caminho, eu e Márcio conversamos sobre a agenda do dia, sobre onde seria melhor ir primeiro — se na casa de dona Dorzinha ou na casa de Mizia. Decidi ir primeiro à dona Dorzinha, que morava ali perto. Quando cheguei à casa dela, percebi que algumas coisas estavam diferentes: havia novas casas de alvenaria na rua e a fachada da casa de dona Dorzinha também havia mudado. Agora existia um muro branco com letras vermelhas escrito “Bar da Dorzinha”, com a imagem de uma garrafa de cerveja e um copo de chope desenhado. No lado esquerdo do muro havia outros escritos: “Jorge do Gesso”. Jorge é o marido de dona Dorzinha. O muro não existia em 2022.

Ao descer da moto, estacionada bem na porta do bar, já avistei dona Dorzinha, sua filha mais velha, um homem que eu não conhecia e o esposo de dona Dorzinha, seu Jorge, que estava tecendo uma rede de pesca. Dona Dorzinha se mostrou feliz com a minha presença e a de Márcio. Expliquei por que estava lá novamente e que gostaria de conversar com ela mais um pouco para a pesquisa. Aproveitei e elogiei a roupa que ela usava. Ela comentou que estava esperando a candidata dela, chamada Olívia, e por isso estava de verde oliva.

Afastando-se um pouco da filha e do outro homem com quem conversavam, dona Dorzinha me levou para a casa de palha onde me concedeu a entrevista em 2022, para o documentário. Percebi que eu também era observada pela filha dela. Perguntei se ela se lembrava de mim, e ela respondeu que sim. Logo em seguida apareceu Vitória, neta de dona Dorzinha e que também participou do documentário em 2022. Vitória se

aproximou de mim para me abraçar, toda vestida em um conjuntinho preto, saia e blusa. Perguntei como ela estava, e ela respondeu que estava tudo bem. Voltei-me novamente para dona Dorzinha e perguntei como ela estava, como andava a sua vida, o que havia achado da repercussão do documentário. Ela respondeu que estava bem, que gostou demais do documentário. Contou que até a Mirante tinha ido entrevistá-la, que no dia do “índio” colocaram uma foto dela na prefeitura de Brejo, que todo mundo comenta a foto dela lá — menos ela, que ainda não foi ver, mas que ainda vai.

Na conversa com dona Dorzinha consegui fazer algumas perguntas que eu havia pré-estruturado. Perguntei, por exemplo, há quanto tempo ela vivia no Morro do São João, se havia vindo de outro lugar, do que viviam, se pagavam água e energia. Ela respondeu a todas: disse que nasceu e se criou no Morro do São João; que eles viviam de roça e pesca, mas que agora não podem mais fazer isso porque não têm mais terra, que são proibidos, que novas pessoas dizem ser donas das terras e ameaçam caso entrem nelas. Contou que agora todos vivem de “bico”, que são trabalhos precarizados e muito mal remunerados. Relatou que, no passado, trabalhou como agente de saúde e era muito respeitada. Nesse momento, perguntei se ela se considerava — e era considerada — uma liderança local. Ela disse que sim, mas não como antes: antigamente tudo só se resolvia na comunidade com a presença dela, porque *é uma das primeiras moradoras do Morro do São João*. Disse que até quando havia brigas familiares chamavam por ela para resolver o conflito; quando alguém precisava de terra para construir casa, chamavam por ela. “Mas agora as pessoas não respeitam mais”, acrescentou, dizendo que, se entrasse em um conflito familiar, era capaz até de “apanhar”.

Depois da entrevista com dona Dorzinha, Márcio me deixou no prédio da diocese para almoçar e seguiu para a escola buscar sua sobrinha. Combinamos que nos encontraríamos às 14h40 para irmos entrevistar outras pessoas indígenas Anapuru, Mizia e seu pai. Mizia havia marcado comigo às 15 horas em sua casa.

Quando entrei no prédio da diocese, Franciane ainda estava lá. Perguntou se eu já havia almoçado e, caso não, poderia me passar o contato de alguém que fazia entrega de almoço. Respondi que Márcio também havia me enviado um contato. Ela comentou: “Deve ser o mesmo então”. Conferi, e sim, era o mesmo. Ela pediu uma refeição para mim, que no fim das contas não foi entregue: duas horas depois, fui informada de que a moto do entregador havia ficado “pregada” na estrada. Nesse dia não almocei; fui até a padaria e comi um salgado com refrigerante. Não havia nenhum restaurante por perto.

Voltei para o prédio da diocese e tentei descansar um pouco; estava me sentindo sonolenta — um misto do benzimento que recebi do seu Diarroz com a noite mal dormida do dia anterior. Olhei o celular e vi que já estava quase no horário combinado com Márcio. Rapidamente fui tomar banho e reorganizar os equipamentos de filmagem. Dez para as três, liguei para Márcio, e ele disse que logo estaria no prédio para me buscar. Esperei, e às 15 horas ele chegou.

Seguimos para o bairro Zé Gomes. Antes de irmos à casa de Mizia, pedi que Márcio parasse na casa de dona Doraci; eu gostaria de avisá-la que não conseguiria ir para sua casa no sábado, como havíamos combinado, pois eu iria acompanhar o seminário da romaria e se ela quisesse participar podíamos buscá-la. Ela não estava, mas deixamos o recado com seu marido, o “seu Topatudo”. Logo em seguida, seguimos para a casa de Mizia, que já nos esperava ansiosa. Mizia estava toda perfumada, banhada e maquiada. Me apresentei; ela também se apresentou e apresentou sua filha, Isabel. Márcio a cumprimentou e comentou como ela estava arrumada. Meio desconsertada, ela respondeu dizendo que achava que a gente nem iria mais. Tentei justificar os vinte minutos de atraso. Ela disse que o pai não estava, mas que podia ir buscá-lo, porque ele é um grande conhecedor das histórias de sua avó Isabel, indígena roubada de sua aldeia quando muito jovem.

Enquanto conversava com Mizia, que também não participou do documentário em 2022, falei um pouco da pesquisa que estava realizando, falei do documentário. Ela já havia assistido o documentário e disse ter gostado bastante, mas disse que tinha mais gente para falar, que não era só aqueles do vídeo. Enquanto explicava quem eu era e o que gostaria de investigar para minha pesquisa, Mizia nos ofertou um delicioso suco de acerola. Logo em seguida seu pai chegou.

Seu Bezinho, como se apresentou, é um senhor de sessenta anos, cabelos grisalhos e de estatura mediana, muito sorridente. Disse que estava ansioso pela minha chegada, pois sua filha tinha dito que eu iria realizar uma entrevista com eles. Refiz a apresentação para seu Bezinho e logo iniciamos a conversa, Mizia falou pouco, deixou que o pai contasse a história da família.

Na partilha de seu Bezinho, ele me contou sobre os processos de violência sofridos pelas mulheres de sua família, os abusos, os roubos. Contou que sua avó Isabel não falava português e que tinha sido roubada da sua aldeia por um homem branco que se casou com ela, mas ela não se adaptava aos costumes que não era de “índio”, por isso, era muito rebelde. Seu Bezinho disse que sua mãe sempre contava a história deles, para

que ele guardasse e não esquecesse de quem ele era. E que por isso, sempre contou a sua filha e agora também conta a sua neta Isabel.

Seu Bezinho falou das dificuldades que enfrenta no dia a dia, da falta de reconhecimento do “povo” de Brejo pela história e presença “dos índios” na cidade. Enquanto compartilha suas memórias de infância, seu Bezinho apontou os que seus familiares indígenas viveram, lugares que seus mais velhos indicavam como sendo aldeamento, onde se esconderam quando fugiam dos colonizadores.

Quando pergunto sobre o que ele deseja para o povo Anapuru Muypurá de Brejo, ele respondeu que gostaria que o povo fosse respeitado, reconhecido e que se ele tivesse que contar a sua história e de sua família muitas vezes, ele contaria. Se tivesse que ir até o “jornal” ele iria: *“porque eu nunca aceitei isso que fizeram com os índios dentro de Brejo”*. Da conversa que tive com seu Bezinho, um dos aspectos que mais se sobressaiu foi a sua inconformidade com a atual situação dos indígenas em Brejo, dos descasos e negligências, da sistemática tentativa de invisibilização, mas mais do que isso, da tentativa de aniquilamento dessas presenças.

Depois de encerrada a conversa e escuta com seu Bezinho, agradei a partilha e o convidei para assistir o documentário “Brotos Originários” que iria ser exibido no evento da igreja católica, preparatório para a 14ª Romaria dos povos que aconteceria no final daquela semana.

Em um prédio da igreja católica local se reuniram diversos segmentos da igreja católica para discutir o tema da Romaria. O tema daquele ano foi *“Territórios Livres das cercas. Dos Trilhos e do Agronegócio”*. O povo Anapuru Muypurá foi convidado para participar do evento preparatório. O evento reuniu muitas pessoas de comunidades vizinhas, quebradeiras de coco babaçu, pescadores, agricultores, quilombolas e indígenas. Todos os presentes fizeram denúncias de violações de direitos que estão enfrentando em seus territórios por conta do agronegócio e de cercas elétricas. Quase todos apresentaram conflitos com fazendeiros locais.

No evento reencontrei os colegas da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que me fizeram o convite para falar sobre a produção do filme documentário e sobre a pesquisa em andamento junto aos Anapuru.

Não conseguimos exibir o filme no evento, pois o excesso de claridade não permitiu a exibição com projetor, mas consegui falar sobre o filme e a pesquisa e convidei membros do povo para participar comigo. Na ocasião estava Marcio Anapuru, dona Dorzinha, Vitória e seu Bezinho, todos fizeram falas e relatos de memória afirmando suas

identidades indígenas publicamente. No caderno fotográfico disponibilizo imagens desse momento (Capítulo III).

Capítulo II. Presença e Processos de Mobilização do Povo Anapuru Muypurá de Brejo e Chapadinha

Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado em 2022 e divulgado em 24 de outubro de 2025, o Brasil teve aumento no número de povos indígenas, passando de 305 povos para 391. Segundo a pesquisa, houve aumento no número de línguas indígenas também. O fato se justifica pelo aumento de pessoas se autoafirmando como indígenas, assim como na maneira pela qual o IBGE decidiu aplicar e tratar os dados do seu último censo.

Das 86 novas etnias registradas no banco de dados do IBGE, uma é referente ao Povo Anapuru Muypurá que, segundo o censo, corresponde a 133 pessoas, distribuídas em 12 estados e 29 municípios. No Maranhão 63 pessoas se auto identificaram como Anapuru Muypurá. Com base nesses dados, o Jornal Nexo produziu a tabela abaixo mostrando como estava distribuído o povo Anapuru Muypurá no Brasil em 2022.

Tabela 1- de distribuição do povo Anapuru Muypurá por municípios e percentuais

Município	Total	%
Brejo (MA)	44	33,1%
Buriti do Tocantins (TO)	15	11,3%
Teresina (PI)	11	8,3%
Marabá (PA)	8	6,0%
Manaus (AM)	6	4,5%
Chapadinha (MA)	6	4,5%
Itapecuru Mirim (MA)	4	3,0%
Goiânia (GO)	4	3,0%
Valparaíso de Goiás (GO)	4	3,0%
São Luís (MA)	3	2,3%
Ribeirão Preto (SP)	3	2,3%
São Paulo (SP)	3	2,3%
Paço do Lumiar (MA)	2	1,5%
Fortaleza (CE)	2	1,5%
Salvador (BA)	2	1,5%
Damianópolis (GO)	2	1,5%
Brasília (DF)	2	1,5%
Arari (MA)	1	0,8%
Bela Vista do Maranhão (MA)	1	0,8%
Milagres do Maranhão (MA)	1	0,8%
Timon (MA)	1	0,8%
Barras (PI)	1	0,8%
Caucaia (CE)	1	0,8%
Barreiras (BA)	1	0,8%
Macaúbas (BA)	1	0,8%
Viçosa (MG)	1	0,8%
Duque de Caxias (RJ)	1	0,8%
Cidade Ocidental (GO)	1	0,8%
Mineiros (GO)	1	0,8%

Fonte: Nexo Jornal (Censo IBGE, 2022)

Para os Anapuru Muypurá de Brejo e Chapadinha, esses números estão bem abaixo da realidade. Eles lamentaram que apenas 44 pessoas tenham sido identificadas como indígenas Anapuru em Brejo e 6 em Chapadinha, e afirmam que houve famílias e casas que não receberam visitas dos recenseadores do IBGE em Brejo. Ainda assim, consideram esse resultado um avanço significativo na luta do povo. Diante da narrativa colonial que afirma que eles teriam sido extintos há décadas, estar nos bancos de dados do IBGE em 2025 representa um grande ato de resistência.

Em entrevista ao G1, canal de notícia da rede Globo, Marta Antunes, gerente de Povos e Comunidades Tradicionais e Grupos Populacionais Específicos (GPCTE) do IBGE afirma: *“A gente captou 75 novos etnônimos [e nomes pelos quais as próprias comunidades se reconhecem] novas e fez também algumas desagregações [etnias que antes estavam agrupadas foram desagrupadas]”* (G1, 2025)⁷.

Analisando esses novos registros do IBGE e os atos de mobilização política de povos em processo de retomada, como o povo Anapuru Muypurá, é de se afirmar que os processos de mobilização e organização desses povos tem surtido efeito positivo nos processos de reconhecimento de identidades antes consideradas “desaparecidas” ou extintas.

Historicamente, o povo Anapuru Muypurá tem seus primeiros registros vinculados aos estados do Maranhão, Piauí e Ceará. Segundo o mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú, uma importante referência cartográfica sobre a distribuição dos povos indígenas no Brasil durante os processos de colonização, no século XVII já existia registros dos Anapuru nessa região. A base para a construção do mapa do etnólogo Curt Nimuendajú foram suas pesquisas de campo, registros históricos, documentos de missionários e relatos de viajantes. É possível ter acesso a uma versão atualizada e revisada do mapa no portal do IBGE, publicada em 2002 com o título de *“Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju”* (IBGE, 2002).

Em texto publicado na Agência Zagaia⁸ em 2021, a liderança do povo Anapuru Muypurá, Gleydson Anapuru, o “Lucca”, faz referência ao mapa de Curt Nimuendaju, usando-o como instrumento que indicia a presença de seu povo no estado do Maranhão em 1679. No texto Lucca destaca:

Registros históricos, a exemplo o mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú, apontam que os nossos ancestrais já viviam nessa região no século XVII. De acordo com Anderson Lago, no livro “Brejo, Aldeia

⁷ [Brasil tem aumento nos números de povos e de línguas indígenas, mostra Censo](#). Acessado em 24/10/2025.

⁸ <https://zagaia.org/ancias/retomada-anapuru-muypura/>

dos Anapurus”, os indígenas Anapuru eram divididos “em *Anapurus-Mirins* e *Anapurus-Açu*” e dedicavam-se mais à lavoura de alimentos de subsistência do que à pesca e à caça de animais. Costumes que ainda são mantidos por muitas de nossas famílias que ainda vivem no campo, plantando e cultivando (Muypurá, Lucca, 2021).



Reprodução Parcial do Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju. Fonte: IBGE, 2002

Figura 1- Recorte do mapa de Curt Nimuendajú utilizado por Lucca Anapuru para indicar a presença do seu povo na região do Baixo Parnaíba Maranhense no século XVII.

Da perspectiva histórica, o Mapa de Curt Nimuendaju é bastante relevante, pois através dele é possível ter noção de como estavam distribuídos os diversos povos no território brasileiro assim como compreender as denominações etnolinguísticas que estavam sendo utilizadas naquele marco temporal. *Abaixo versão completa do mapa disponibilizada no site do IBGE.*

Com base em pesquisas históricas realizadas inicialmente por membros do próprio povo, e por mim, os Anapuru Muypurá aparecem em documentação colonial como: *Anaperu*, *Amapuru*, *Anapurus*, *Muypurá*, *Muipura* e *Moipurá*. (Anapuru, 2021).

Hoje a maior parte do povo se auto identifica com os dois etnônimos, *Anapuru Muypurá*, sobretudo o povo em retomada político cultural de Brejo e Chapadinha. Mas, mesmo dentro desse processo, existe membros do povo que preferiram usar a denominação Anapuru em seus registros civis. Abordarei mais à frente.

Em 1684 os índios anapurus já viviam no atual município de Brejo e, em 1770, lhes foram cedidas, pelo governador da província, "três léguas de terras em quadro, fazendo pião no templo da mesma povoação, correndo os seus lados norte e sul, leste e oeste, e compreendendo-se no ato de sua demarcação tudo o que se achai dentro das ditas 3 léguas" (Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão, por Cezar Marques - 1870). Anapurus, segundo uma carta de 1686 do governador de Pernambuco, é uma **corrutela de "Muypurás", índios das margens do rio Parnaíba**. É o elemento etnológico mais antigo conhecido dos índios brasileiros, palavra que significa Fruta do Rio. Os anapurus dividiam-se em meri e assu. Em 1709 mataram o povoador português Manoel da Silva e, no mesmo ano, foram guerreados por ordem do governador do Maranhão, por serem considerados bárbaros tapuias. (IBGE, 1959. p.86).

A citação acima se encontra na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros de 1959, V.15, disponível na Biblioteca virtual do IBGE. Um aspecto interessante nessa citação é que as palavras iniciais associadas ao município fazem menção aos indígenas Anapuru. E assim segue por todo o texto, outros aspectos são ressaltados, mas sempre vinculados ao povo. Nesse sentido, é como se os “moradores” do lugar aparecessem primeiro que qualquer outro aspecto. No que se refere ao Município de Chapadinha identifiquei essa menção do povo também, mas menos que em Brejo.

Chapadinha, quando era um pequeno lugarejo habitado por descendentes dos índios anapurus, pertencia ao território dos municípios de Brejo e Vargem Grande, e era sujeito ao governo de Brejo dos Anapurus, havendo os moradores fixado residência **no lugarejo denominado Aldeia, em 1783**, que fica distanciado da atual cidade cerca de 500 metros. A partir dessa data começaram a estabelecer-se no local comerciantes atraídos pela riqueza produtiva da terra, atendendo ainda à relativa quantidade de habitantes do povoado, que tomou o nome de Chapada das Mulatas, por serem as primeiras mulheres, habitantes do lugar, de cor mulata, e o terreno onde se iam agrupando os moradores ser bastante plano. Com o estabelecimento do comércio, foi aumentando gradativamente a população (IBGE, 1959, p.145).

Assim como outros povos, os Anapuru Muypurá tanto de Brejo quanto de Chapadinha com quem tive contato não sabem muito sobre seu tronco linguístico, a maior parte acredita ser Tupi. Atualmente todos falam português, mas têm recordações de familiares mais velhos falando em outras línguas. Em conversa com Dona Dorzinha, em maio de 2024, ela comentou: *“a minha vó não falava assim que nem a gente não, ela falava na língua dela”*.

Para Felipe Costa Silva (2017, p. 43), em seu livro “Matriz de São Bernardo: de capela a santuário”:

Os índios Anapurus descendem do grupo Tupi-Guarani, cuja ancestralidade se encontra no grupo Brasília. Para LIMA e AROSO (1989, p. 105), “os Anapurus devem ter descido diretamente o Parnaíba”, fixando-se na região do Baixo Parnaíba, tendo localização compreendida em partes dos atuais territórios de São Bernardo, Santa Quitéria, Brejo, Anapurus e Chapadinha. Seu grande reduto, a Nação dos Anapurus, era localizado no lugar denominado Arraial do Brejo, atualmente a cidade de Brejo (Silva, 2017, p. 39 apud Anapuru, 2021).

Esses aspectos históricos sobre os municípios de Brejo e Chapadinha e o povo Anapuru Muypurá também apareceram em conversas que tive com membros do povo. Percebi também que esses documentos “oficiais” têm um peso nos processos de fortalecimento da identidade do povo. Sobretudo, nas interlocuções com “os de fora”. Afinal, são, em sua maioria, documentos do Estado Brasileiro e de fácil acesso.

À medida que fui lendo a documentação histórica sobre os Anapuru de Brejo e Chapadinha fui retomando elementos de campo. Rememorando os cadernos de pesquisa, reencontrei anotações de 2022, quando fui entrevistar Dona Dorzinha para o documentário, nas anotações a registrei compartilhando informações como esta:

“minha filha isso aqui tudo é nosso, terra de índio, eles que se apossaram e tão como dono hoje e não temos nem onde mais plantar uma roça. Tem até uma pedra muito grande com o nome dos índios lá na igreja matriz”.

Na situação acima, eu estava com Lucca e Marcio Anapuru Muypurá e assim que finalizei a entrevista com Dona Dorzinha, perguntei ao Lucca sobre a pedra mencionada, se era possível vê-la. Lucca e Marcio me levaram até a pedra, que fica localizada na lateral da igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição. Reduto de prédios da igreja católica. A pedra não era tão grande quanto dona Dorzinha mencionou, mas sem dúvida é um artefato bastante importante nos processos que marcam a presença e

resistência do povo na região de Brejo.

Fiquei algum tempo frente a pedra ouvindo a partilha dos conhecimentos de Lucca e Marcio sobre ela. Tocando a pedra, Lucca e Marcio Anapuru me falaram que estávamos de frente com a pedra Pião que demarcou o território dos Anapuru Muypurá quando estavam em conflito com os portugueses no século XVIII.

Tive acesso a vários dos documentos lidos e usados por membros dos Anapuru Muypurá em suas pesquisas e publicações, dentre eles a Carta de Data e Sesmaria de 1741, em que o então governador e Capitão Geral do Maranhão João de Abreu Castelo Branco concedeu as terras a margem da ribeira do Parnaíba aos indígenas Anapuru e faz menção a pedra pião mencionada por Dona Dorzinha. Por conta dos intensos e constantes conflitos com os colonizadores portugueses, os indígenas solicitavam e obtiveram:

três léguas de terras em quadro, fazendo pião no templo daquela povoação, correndo os seus lados norte e sul, leste e oeste, e compreendendo-se no de sua demarcação, tudo que se acha dentro das ditas três léguas” na aldeia Brejo dos Anapurus (Melo, 2011, p. 62).

Na página seguinte apresento a transcrição da carta do Governador do Maranhão, em 1741 concedendo a terra aos “capitans dos índios” Anapurus Francisco Xavier e Ambrósio de Sousa e “demais índios referidos abaixo”. Na documentação histórica pesquisada, os indígenas Anapuru do Maranhão aparecem como sendo de difícil “pacificação”. Tendo ao longo dos anos travado diversas guerras em prol da defesa de seus territórios. Em um trecho da carta transcrita, o governador João de Abreu Castelo Branco designa que os seus ministros e provedor mor da fazenda real cumpram suas ordens e *“deixem com as condições expressadas, ter, e possuir as ditas terras aos ditos capitães e mais índios para eles, e todos seus herdeiros[fl.78] ascendentes e descendentes”*.

F

Livro: 10
Documento 104
Folha: 77

Registo de huma carta de Datta
e Sexmaria concedida aos ca-
pitans, e mais indios abaixo Referidos
de tres legoas de terra de comprido,
e huma de largo no citio chamado o brejo
e Arrayal na Ribeira da Parnahiba

João de Abreu Castel branco do conselho de Sua Magestade governador, e capitam general
do Estado do Maranhão [sinal público]. Faço saber aos que esta minha carta de Datta, e Sexmaria
virem que os Indios Fran.^{co} X.^{er} Capitam da Nação Anapurú mirim, e Ambro-
zio de Souza capitam dos caboclos me Representarão que eles com os mais
indios seus parentes se achavão situados nas margens da Ribeira da
Parnaíba na parte chamada o brejo, e Arrayal que Citou o Mestre de Campo

Bernardo de Carv.^o e Aguiar cujo alojamento estabelecerão desde o tempo
da sua Conversão ao grêmio desta Madre Igreja em cuja Obdiência
virem, e também como vassalos de Sua Magestade de baixo de Sua Real
proteção fabreção suas Lavouras; e porque na cultura destas. Se
achavão perturbados por se lhe entremeter pello distrito da Sua, Aldeya
o Cappitam Miguel de Carv.^o e Aguiar, que com os pretextos da Fazendas
de Gados Se quer Senhorear das terras que aos supplicantes forão destinadas para
Sustento de Sua Aldeia, na forma de Ley, e ordem de Sua Magestade
me pedião focer Servido Concederlhe em nome do mesmo Senhor
por Datta, e Sexmaria tres legoas de terra de Comprido, e huma de
Largo, nas mesmas partes e lugares aonde os supplicantes; e mais indios
moradores daqueles distritos Cultivão suas Lavouras; e quando senão
ache a largura, ou Comprimento nas confrontações das mattas de
Sua Cituação lhe seja huma, e outra Couza inteiryda Seguindo
as matas o prometirem; ao que atendendo, e Ley de díz de Abril
de mil, e Seis centos, e Outenta, em que há sua magestade por bem que os
Indios, já domesticos, sejam senhores de Suas Fazendas como o São
no Certão, Sem foro, ou tributo algú das terras que o Cuparem ainda que
estejam dadas em Sexmarias a pessoas particulares; ordenando outro
[fl. 77v]

Outro sim que [sic] a Clausula de prejuizo de terceyro se em tendo
Ser Reservado o prejuizo; e direito dos Indios primeyros, e naturaes [Senho]
res das terras; e atendendo também a informação do Provedor mor
da Fazenda Real, e ser em utilidade da mesma Fazenda o cultivaremce
as terras neste Estado Hey por bem concederlhe aos supplicantes Em
nome de Sua Magestade por Datta, e Sexmaria tres legoas de terra
de Comprido, e huá de Largo na forma que pedem nas mesmas partes
e com lugares em que os mais Aldeyanos cultivão as suas Lavou-
ras, cuja consecção lhe faço de baixo das condições expressadas nas
Reaes ordens e com a de não fazer traspasso por meyo algu em nenhú
tempo a pessoa alguma Relligião, ou comonidade; Sem primeiro dar
parte na Casa da Fazenda ao Provedor mor della para se me fazer presente e ver
Se Se deve, ou não consentir no tal traspazo sob pena de ficar
nulla esta Data, e se poder conceder novamente a outré; e nesta
forma se lhe passa Carta para que os ditos Cappitaens, e mais Indios ha-

jam, logrem; e pessuas as ditas terras como couza sua pPropria Sem
penção nem tributo algú mais que o dizimos a Deus Nosso Senhor dos frutos
que nellas ouver e Lavar; a qual concessão lhe faço não prejudican-
do a Sua Magestade se no dito citio quizer mandar fundar alguma villa
Rezervando os paos Reaes que nellas houver para embarcassoens; com
declaração que mandará confirmar esta Datta por Sua Magestade
dentro dos tres annos primeiros Seguintes, e dará caminhos públicos
e particulares aonde forem necessarios para pontes fontes Portos, e
pedreyras, e Se demarcara ao tempo da poçe por humo de cor-
da e braças craveyras como he estillo, e Sua Magestade manda; e =
outro Sim não Succederão nellas Religioens né pessoas Eclezias=
ticas por nenhum titulo que seja, e acontecendo possuilas Será com o
encargo de pagar dellas Dizimos a Deus como se fossem possuidas por
Seculares, e faltando a qualquer destas clauzulas Se haverão ditas terras
por devolutas e Se darão a quem as denúnciar como o dito Senhor ordena. Pello
que mando ao Provedor mor da Fazenda Real e mais ministros, e pessoas á que tocar
que na forma Referida deixem com as condições expressadas, ter, e possuir
as ditas terras aos ditos capitoens e mais Indios para elles, e todos seus herdeiros
[fl. 78]

AsSindentes e desendentes; cumprão e guardem esta minha carta
de Datta tão inteiramente como nella se contem a que lhe mandei
passar por mim assignada, e Selada com o signete de minhas armas
que se Rezistará aonde tocar e passou por duas vias. Dada na cidade de
São Luis do Maranhão aos vinte e oito de julho Anno do Nascimento de Vosso
Senhor Jesus cristo de mil Sette centos, e quarenta e hu.

Ao ler esse trecho da carta, pensei nas palavras de Dona Dorzinha sobre se considerar herdeira do território, que era de seus familiares indígenas, e hoje não ter espaço nem mesmo para fazer sua lavoura de subsistência. Nas palavras de Lucca Anapuru:

O território da aldeia Brejo dos Anapurus foi usurpado, posteriormente recebeu o nome Vila do Brejo e atualmente é a cidade de Brejo. Perseguições, massacres, escravizações e o etnocídio institucionalizado colaboraram para que os Anapuru Muypurá fossem considerados extintos desde o século XIX. (Anapuru, 2021)

Na historiografia são muitos os documentos e registros que comprovam as sistemáticas violências coloniais direcionadas aos povos indígenas, assim como os diversos mecanismos de fragilização de sua autonomia e existências em diversidade. Na contemporaneidade essas violências são atualizadas de diversas maneiras.

Para a maior parte das pessoas que conversei em Brejo é um desafio viver no município na atualidade, pois enfrentam dificuldades em aspectos mais básicos da vida, desde saneamento básico a questões relacionadas a atendimentos básicos de saúde. A falta de perspectiva para trabalho e condições dignas atinge significativamente os jovens e, em muitos casos, os levam para fora de seu território.

Pude notar também, em conversas com núcleos diferentes de famílias, que existe uma certa melancolia entre os moradores. Há, segundo moradores, muitos casos de suicídio e depressão na cidade. Essa informação me impactou e explicou as sensações que tive ao entrar na cidade. Eu pude sentir esse aspecto melancólico em Brejo desde que pisei no município pela primeira vez.

Após visitar essas famílias, fiquei me questionando quais fatores desencadearam e favoreceram as situações de adoecimento mental entre os moradores de Brejo. Não consegui aprofundar os estudos nesse sentido, mas pude perceber que determinadas situações — como a falta de espaço para plantar, preconceitos relacionados às identidades LGBTQPN+, ausência de reconhecimento e valorização das pessoas como cidadãs por parte das instâncias de poder municipal e estadual, além da violência urbana — Contribuem de forma significativa.

Para além desses fatores narrados atualmente, também me perguntei em que medida as violências sofridas nos períodos coloniais também impactam na melancolia dos indígenas de Brejo no presente. Haja visto que as perdas não foram apenas materiais e territoriais, mas também simbólicas e emocionais.

Quando dona Luiza, avó de Márcio, diz: *“Antigamente, nós não íamos pra*

fonte lavar roupa meio-dia, porque era horário das mães d'água, a gente tinha esse respeito”, ela revela um modo específico de se relacionar que existia entre os membros de sua família e a natureza. Revela uma geração que vivia de outras maneiras, mas que tornava possível uma vida em harmonia, uma vida em diálogo com as diversas esferas do bem viver.

Durante a pesquisa, em chapadinha não surgiu de maneira significativa questões relacionadas a suicídio e depressão, pelo menos não com as pessoas que conversei, outros aspectos se sobressaíram, como falta de apoio para com as juventudes, a falta de reconhecimento dos indígenas, os impactos do agronegócio e a violência urbana.

No caderno de conflitos (2023) do Conselho indigenista Missionário (CIMI) foi divulgado que:

Em 2023, registramos 38 casos de racismo e discriminação étnico-cultural. Os maiores números foram registrados nos estados do **Maranhão (7)**, Mato Grosso do Sul (6), Minas Gerais (3), Pará (3), São Paulo (3), Amazonas (2), Roraima (2) e no Distrito Federal (3). Acre, Bahia, Espírito Santo, Rondônia, Santa Catarina, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro registraram um caso cada. Estes números refletem uma pequena amostra das situações a que os povos e pessoas indígenas estão submetidas com frequência. Quando não são ridicularizados por sua aparência, modo de vestir e se expressar, indígenas que vivem em contexto urbano relatam que são constantemente apontados como “falsos índios”, “índios da cidade” ou pessoas que “não têm cara de índio”. (caderno de conflitos do CIMI, P.161, 2023).

Nos dados coletados pelo CIMI, o Povo Anapuru de Brejo aparece. As situações de conflitos observadas e relatadas por indígenas da região são, em sua maioria, relacionadas a racismo e discriminação.

[...] Nos municípios da região do Baixo Parnaíba, a reação ao fortalecimento da luta do povo Anapuru Muypurá por reconhecimento étnico e direitos territoriais foi a intensificação do preconceito contra os indígenas por parte da população local, que nega a existência e presença do povo na região, com questionamentos como: “Desde quando Brejo tem índio?”, “Você não é índio, índio anda nu”, “os índios Anapuru eram canibais e foram extintos”. (caderno de conflito do cimi, 2023. P.161)

Segundo o CIMI (2023), o Maranhão teve aumento no número de casos de discriminação e racismo, principalmente voltados a povos em processos de afirmação de suas identidades indígenas.

II.I. Processos de mobilização Política do povo

Em 2024 um artigo publicado na revista de história “Outros tempos” afirmava que *“os indígenas Anapuru Muypurá não existem mais enquanto povo na atualidade”*.

Os indígenas Anapuru Muypurá tanto de Brejo quanto de Chapadinha se pronunciaram a respeito do artigo escrevendo uma carta e enviando ao autor do texto. A carta se inicia com:

Prezado, Prof. Dr. Nós, indígenas do Povo Anapuru Muypurá, signatários desta carta, viemos contrapor o argumento apresentado em seu artigo intitulado “OS VACILOS DO COLONIZADOR: transferências de vilas e aldeias no Maranhão”(2024), no qual aponta que: “A transferência da vila de São Bernardo para o Brejo é apenas mais um passo na perda definitiva da autonomia indígena e na assimilação dos Anapuru, **que não existem mais enquanto povo na atualidade**” (Assunção, 2024, p. 299, grifo nosso). [...]Atualmente, estamos em processo de Retomada/Levante se autodeclarando como povo Anapuru Muypurá e lutando pelos nossos direitos originários, como a Saúde Indígena, a Educação Escolar Indígena e, sobretudo, a demarcação do Território. Apesar do silenciamento imposto ao nosso povo durante séculos e registrado nos documentos e na historiografia “oficial” como “extintos”, em 2019, iniciamos esse processo] (Trecho da carta enviado em 28 de abril de 2024 ao autor do artigo em questão).

O autor em questão é um historiador bastante conhecido no Maranhão, que após o recebimento da carta fez retificação no artigo, mas escolheu chamar os indígenas Anapuru Muypurá do Baixo Paraíba maranhense de “descendentes” de indígenas, mesmo estes se autoafirmando como indígenas. Essa escolha causou bastante incômodo no povo.

Nesse sentido, podemos fazer uma aproximação com a discussão que Arruti (2008) faz sobre o termo “remanescentes” para adjetivar quilombolas no artigo 68 da Constituição Federal de 1988. A necessidade de adjetivar indígenas como “descendentes” revela uma dificuldade em reconhecer povos indígenas em processo de etnogêneses, visto que estes não se enquadram nos moldes idealizados de pureza indígena, nem tão pouco vivem em isolamento.

Não é possível falar deles sem adjetivá-los. Seja por meio da fórmula legal que lança mão de “remanescentes”, ou das tentativas de ajuste desta, por meio de “contemporâneos”. Seja ainda porque são necessárias distinções entre estes, quando se usa “urbanos” ou “rurais”. Ou, quando se quer tipificá-los, por meio de “agrícola”, “extrativista”, “nômade” etc. Ou, finalmente, quando se fala em “históricos”, de forma complementar ou concorrente àquelas formas anteriores, já que falar em “quilombos históricos” tem servido tanto para especificar quanto para deslegitimar os “quilombos contemporâneos”. (Arruti, 2008, P.1)

Arruti chama a atenção para a “coincidência” na escolha do termo “remanescentes” por parte dos aparelhos de Estado tanto para o uso de comunidades quilombolas quanto para comunidades indígenas marcadas pelos fenômenos de

etnogêneses.

Nos processos das emergências indígenas, a pergunta que parece ter se imposto aos que realizavam a mediação entre aquelas populações, o órgão indigenista e os “direitos”, parece ter sido a de como, afinal, designar grupos de caboclos que se supunha terem ancestrais indígenas, sem incorrer na imprecisão, dificilmente aceita à primeira vista, de designá-los por índios, já que eles “não possuíam mais” os “sinais externos” reconhecidos pela “ciência etnológica” (Arruti, 1995). Estabelecia-se, assim, um compromisso entre uma visão culturalista e outra, legal, da indianidade, por se reconhecerem em tais grupos profundas e talvez irremediáveis perdas culturais, sem que, no entanto, lhes fosse negado o reconhecimento o direito a um estatuto legal e a um território diferenciados. Ao apontar para os seus laços com o passado (direitos originários) e não com o futuro (“inevitabilidade da assimilação”), o termo “remanescentes” atribui positividade e dignidade àqueles grupos, ainda que sem romper com a narrativa básica, fatalista e linear que os vê caminhando em direção à definitiva assimilação. (ARRUTI, 2008. p.13 e14)

Em 2019 quando o povo Anapuru de Brejo e Chapadinha começa a se reorganizar e aumentar sua visibilidade política, nomeiam o conjunto dessas ações de “*Retomada*”. No bojo dessas ações está o estreitamento de relações com diversos segmentos da sociedade civil e instâncias do Estado no sentido de ressignificar a sua própria existência e se contrapor a políticas de Estado que investem na assimilação e na integração a sociedade nacional.

Apesar do sistemático investimento institucional em integrar povos indígenas, o povo Anapuru Muypurá contemporaneamente afirma uma identidade própria e investe na construção de uma nova narrativa e interpretação sobre os processos por eles vivenciados. Evidenciando, no presente, a resistência, que se consolida a partir de interlocução com diferentes instâncias do poder público.

Dessa maneira, estão inseridos nas lutas por educação indígena, pela afirmação de um sobrenome indígena, na resistência em relação a permanência no território. E, nesse processo, ressignificam as categorias impostas, tais como a própria categoria bairro, denominado de “aldeia” em Chapadinha. Se recusam à forma como o Estado os nomeou, os classificou a partir de sobrenomes que apontam para uma integração, os seus atos de resistência ressignificam a visão institucional. Mesmo que, em alguns momentos, acionem critérios ligados ao biológico, aos aspectos fenótipos, ressignificam o sentido atribuído pelos pensadores do século XIX. Ou seja, podem acionar elementos do tipo de cabelo, mas com um sentido diferente daquele atribuído pelos essencialismo. Esse acionamento dos elementos da biologia se constitui em uma estratégia de interlocução com o Estado, de diferenciação da sociedade mais ampla, como

sinal diacrítico no sentido de Barth.

II.II A Mobilização da memória

Um elemento central na dinâmica de mobilização política do povo Anapuru Muypurá em Brejo e Chapadinha é o uso da memória. Foi a partir do levantamento e do acionamento de memórias de familiares indígenas Anapuru Muypurá que se iniciou o processo de retomada político cultural do povo.

Para o povo, o processo de emergência étnica se inicia em 2019, com o trabalho de levantamento de dados, relatos de memória e pesquisas iniciados por Gleydson Anapuru (Lucca). Para esta liderança, a motivação para o levantamento desses dados foram as narrativas que ouvia dentro do próprio núcleo familiar, contadas principalmente por sua bisavó Deuzuilla Machado, de Chapadinha.

Instigado pelos relatos de memória de seus familiares Lucca realizou visitas a comunidades dentro de Chapadinha e em Brejo, com o propósito de ouvir e entender sobre a memória social dos indígenas Anapuru Muypurá do Baixo Parnaíba Maranhense. Realizou pesquisas em arquivos públicos em busca de documentos históricos que falassem sobre seu povo.

Nesse sentido, o filme documentário *Brotos Originários* também foi um veículo de captação e divulgação da memória do povo. Uma ferramenta potente para o despertar da memória social local.

Um aspecto relevante a se destacar em relação ao processo de emergência identitária do povo Anapuru de Brejo e Chapadinha é que, quando Lucca, Dona Dorzinha e demais indígenas fazem uso de suas memórias e de familiares para reafirmar suas identidades, não o fazem no lugar de restaurar uma identidade passada. Eles sabem que não é possível um retorno ao passado, tal como o era em séculos anteriores, têm consciência de que a identidade que estão reivindicando é diferente da de seus ancestrais. Mas também sabem que, assim como seus ancestrais, eles precisam criar e atualizar constantemente suas formas de resistência perante as instâncias de poder que os nega.

II.III Usos de espaços virtuais para ecoar a afirmação identitária e realizar parcerias

Desde que comecei a pesquisa junto ao povo Anapuru Muypurá em rotamada pude perceber a importância que atribuem às materialidades, aos documentos, às fotos. Em diálogo com Lucca, ele pontuou a importância de “minar” os espaços com outras histórias sobre seu povo. Revelou que isso é uma estratégia do povo, que eles sempre tiveram suas estratégias, que vão se atualizando na medida da atualização das violências sofridas.

Em janeiro de 2020, em decisão conjunta com seu povo, Lucca criou uma página no Instagram intitulada “*Povo Anapuru Muypurá*” para compartilhar histórias, memórias e processos da retomada do povo no Maranhão. A página se tornou um veículo estratégico de divulgação das ações do povo na região do baixo Parnaíba Maranhense. Hoje a página se chama “@*mídia.anapurumuypura*” e tem mais de 2.880 seguidores. Nela são divulgadas as muitas ações do povo em prol da garantia de direitos e reconhecimento de sua identidade indígena⁹.

Além da página no Instagram, Lucca também investiu em publicações como artigos, textos em revistas e reportagens¹⁰. Durante a pandemia membros do povo utilizaram a página para participarem de *lives* e encontros virtuais cujo tema principal era a reafirmação identitária, muitos promovidos por outros povos indígenas e pelo CIMI.

Dentre as publicações realizadas por membros do grupo pode se destacar o artigo publicado em 2020 por Lucca com o título de: “*Cavacando Memórias: Narrativas de história de vida de Deuzuila Machado, anciã indígena do povo Anapuru Muypurá do Maranhão*” na ABATIRÁ – uma revista de Ciências Humanas e Linguagens¹¹; duas cartas abertas contra a exclusão de Indígenas do Plano Prioritário de Imunização da Covid-19, criada em 25 de janeiro de 2021 com assinatura de outros povos: Tremembé, Akroá Gamella, Kariri, Tupinambá ; na carta os povos criticaram duramente os governos federal e estadual pela exclusão de parte significativa da população indígena fora de terras demarcadas do plano de vacinação para grupos prioritários¹².

⁹ Para ter acesso a página do Instagram use o link:

<https://www.instagram.com/midia.anapurumuypura?igsh=dmFyMG43M2xraDY1>

¹⁰ Esses são alguns links para ter acessos aos textos produzidos e publicados por Gleydson de Castro Oliveira Anapuru(Lucca): <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/category/etnias/anapuru/>
<https://www.revistas.uneb.br/index.php/abatira/article/view/9832>

¹¹ Disponível em <https://www.revistas.uneb.br/index.php/abatira/article/view/9832>.

¹² <https://cimi.org.br/2021/01/indigenas-excluidos-vacinacao-duplamenteviolentos-maranhao/>.

A partir das duas cartas abertas e da articulação com outros povos e parceiros, o povo Anapuru Muypurá de Brejo conseguiu ser vacinado pelo plano de imunização voltado para grupos prioritários, o que incluía povos indígenas e quilombolas.

Além das publicações, o povo se organizou e divulgou vídeos na plataforma YouTube sobre atos políticos nacionais e locais. Um exemplo é o ato político realizado em 2021 contra a tese do Marco Temporal, que defende que apenas os povos indígenas que ocupavam terras consideradas tradicionais em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal, teriam direito à demarcação de seus territórios. Essa tese exclui uma parcela significativa de povos indígenas que reivindicam o direito ao uso dos territórios por outras vertentes, como o direito ancestral.

Além dos vídeos publicados, o povo também estreitou relações com outros povos que estão em processo de retomada, como o povo Akroá-Gamella e o povo Tremembé do Maranhão e juntos realizaram mobilizações em territórios indígenas. Uma delas ocorreu no próprio território do povo Akroá-Gamella, na Terra Indígena Taquaritiua, em Viana, Maranhão.

Quando Lucca partilha comigo que o povo se organizou para “minar” e disseminar informações sobre eles nas redes sociais, penso que, em outras palavras, poderíamos chamar esse “minar” de preencher de presença. Marcadores de presença da retomada, por assim dizer. Pois, assim como as ausências podem ser arquitetadas e organizadas, vimos que as presenças também e ambas tem demonstrado ser ferramentas de poder e disputa.

II.IV Relação com o CIMI

A relação do povo Anapuru Muypurá com o CIMI ainda é pouco expressiva, mas vem se fortalecendo anualmente. Para o fortalecimento dessa relação o povo participou de algumas atividades promovidas e a convite do órgão.

Dentre elas pode se destacar: 41ª Assembleia do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) – Regional Maranhão realizada em 10 de setembro de 2020 em formato virtual, com o tema “*Povos Indígenas na Luta por Territórios – Semente de Vida, Resistência e Esperança*”. A atividade contou com a presença de missionários do Cimi,

de lideranças indígenas dos povos Anapuru Muypurá, Akroá Gamella, Awá, Apãjekra Canela, Tremembé, Tupinambá e outros aliados da causa indígena e membros de comunidades tradicionais; *Encontro em formato on-line de Juventudes Indígenas* – Região Noroeste, com o tema: “*Resistências e Continuidades de Lutas*”, realizado em 26 de junho de 2021. Na ocasião estiveram presentes povos das etnias Guajajara, Ka’apor, Akroá Gamella, Tremembé do Engenho, Tupinambá do Maranhão, Tremembé da Raposa e Anapuru Muypurá; *II Seminário Povos Originários em Processo de Retomada, formato virtual realizado nos dias 11, 12 e 13 de agosto de 2021* com envolvimento do Conselho Indigenista Missionário Regional Maranhão (CIMI-MA), do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), do Grupo de Estudos e Pesquisas Indígenas e Indigenistas no Maranhão (GEIIMA) e com apoio do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA. Além da coordenação dos povos Akroá-Gamella do Maranhão, Akroá-Gamella do Piauí, Kariú Kariri, Anapuru Muypurá, Tremembé de Engenho, Tremembé da Raposa e Tupinambá do Maranhão.

Além dos convites para a participação em alguns eventos, e processos formativos o Cimi tem fortalecido o povo a partir de divulgações de cartas abertas e denúncias feitas pelo próprio povo. Este fortalecimento tem se dado pela veiculação de matérias e vídeos sobre o povo em seu site institucional. Além disso, tem buscado integrar as demandas do povo em seus relatórios anuais.

II.V Mobilização por direito ao registro e uso do nome étnico

Dentre as muitas reivindicações do povo Anapuru está o direito de registro do nome étnico. Nessa seara, o povo tem encontrado dificuldade por conta de processos burocráticos pautados em discursos racistas, que não consideram o povo em processo de emergência étnica enquanto “indígenas verdadeiros”.

“Eles dizem que aqui dentro de Brejo não tem mais índio”. Esta fala foi feita por Mizia Anapuru, que protocolou pedido de inserção do nome étnico no seu registro civil e de sua filha em cartório de Brejo. O pedido foi negado pelo cartório local com base em falta de documentos de reconhecimento do povo por parte da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Em entrevista com Mizia, ela contou que no cartório de Brejo ela foi desencorajada a fazer a inserção do seu nome étnico no registro civil, funcionários do cartório disseram que isso podia dificultar questões relacionadas a herança. Mizia também contou que foi muitas vezes questionada se tinha mesmo parentes indígenas. Perguntei

como ela se sentiu em relação a isso e ela respondeu que se sente extremamente mal e violentada, pois o nome étnico é muito importante por questões de pertencimento e enquanto garantia de direitos também.

A ação do cartório local de Brejo vai de encontro a lei criada em 2025. Lei Municipal nº 886/2025, aprovada pela câmara e sancionada pela atual prefeita de Brejo, reconhece a presença histórica do povo e institui o Dia Municipal do Povo Anapuru Muypurá.

Além disso, o cartório também está indo de encontro a Resolução Conjunta nº 3/2012, atualizada em 13 de dezembro de 2024 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que determina as diretrizes aos cartórios para registrar o nome do povo como sobrenome mediante simples autodeclaração e declaração de pertencimento assinada por lideranças. Antes a Resolução Conjunta dependia de tutela especial e exigia documentos como o Rani, Registro Administrativo de Nascimento de Indígena. Além disso, deveria considerar particularidades de povos indígenas em relação as suas identificações, nomes, naturalidade e filiação¹³. Com a edição da resolução, a obrigatoriedade do Rani foi retirada e são os processos de autoidentificação étnica que ganham força na escolha e registro do nome indígena de um povo. Direitos ao nome na língua indígena e usos de pronomes da escolha da pessoa a ser registrada também são reconhecidos na nova resolução. O objetivo de tais alterações é a facilitação dos registros para pessoas que não foram registradas ao nascer e garantir que todas as pessoas tenham direito ao registro civil. Para Lucca, em Brejo esse direito ainda não está sendo cumprido como deveria.

Para Mizia, ter esse direito negado a ela e a sua filha é uma atualização das violências sofridas pela sua Bisavó Isabel e, ao mesmo tempo, uma contradição, pois, muitos indígenas Anapuru Muypurá de Brejo e Chapadinha já foram registrados com seus nomes étnicos. Em resposta a negativa do cartório de Brejo, o povo se mobilizou para fazer uma denúncia em carta aberta e dois membros do povo foram até uma agência de comunicação do Maranhão para externalizar a indignação. A carta e o link da participação dos membros na agência estão disponíveis na nota de rodapé abaixo.¹⁴

As lideranças do povo também questionam a postura do juiz da comarca, que

¹³ https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1731?utm_source=chatgpt.com

¹⁴ <https://agenciatambor.net.br/geral/direito-ao-nome-etnico-racismo-em-cartorio-de-brejo/>

teria baseado a decisão de negar o pedido de registro em falta de parecer da FUNAI. Mizia relatou como é cansativo passar por tantas instâncias para garantir o direito ao nome que vincula a sua identidade e pertencimento. O povo relata que o documento enviado pela FUNAI ao cartório que diz que o povo não deu entrada em processo junto ao órgão, não condiz com a realidade. Pois, em 2023, indígenas Anapuru Muypurá solicitaram da Fundação Nacional dos Povos Indígenas a abertura de procedimentos administrativos para a demarcação de seu território.

Para Lucca essa comunicação da FUNAI é bastante frustrante, pois hoje a presidente da Fundação é uma mulher indígena e a coordenadora regional também e mesmo assim estão dificultando processos que garantem direitos a outros povos indígenas. É como se a militância e histórico por garantia de direitos fosse voltado para grupos específicos de indígenas e não chegasse a indígenas em situação de emergência identitária.

Em diálogo com servidores da Funai após a negativa do cartório de Brejo em registrar Mizia e sua Filha como indígenas, Lucca foi informado de que o documento enviado ao cartório de Brejo, que diz não reconhecer o povo Anapuru Muypurá, foi na realidade um erro de outro servidor que desconhecia o pedido de abertura de processo do povo. O servidor em questão se disponibilizou a reparar o erro enviando outro documento ao cartório e a prestar apoio ao povo na luta por reconhecimento identitário. Mesmo depois deste diálogo, o povo se mobilizou para fazer denúncia em relação ao ocorrido, pois acreditam que o caso de Mizia não é um caso isolado, faz parte de um conjunto de ações de violações de direitos e se soma a outras denúncias de indígenas de outros estados, inclusive de pessoas Anapuru Muypurá.

Para os Anapuru de Brejo e Chapadinha, são práticas como esta que compõem o que eles nomeiam de “invisibilização”. Eles sabem que não são invisíveis, contudo, reconhecem que há mecanismos de Estado que os colocam como se fossem, pois não consideram suas existências em dispositivos político-administrativos.

Lucca menciona que diversas vezes o povo tentou contato com a coordenadora regional da Funai para falarem sobre a situação que estava acontecendo em Brejo e permanecia sem resposta. Somente após comunicarem que fariam ações de mobilização para denunciar junto a sociedade civil é que a coordenadora respondeu os e-mail e mensagens enviados, entrando em contato até por ligação telefônica com lideranças do povo Anapuru.

A luta do povo Anapuru Muypurá, assim como a de outros povos que estão

em processo de retomada no Maranhão, é feita de desafios e ganhos. Apesar da situação de Mizia, o povo Anapuru de Brejo e Chapadinha comemora a decisão judicial de 19 de abril de 2022, concedendo o direito de registro do nome étnico da criança Tauã Pereira Anapuru, nascido em 16 de março de 2022.

A criança em questão é filho de Gleydson Anapuru e Raimunda Nonata Belfort Pereira. Pai indígena e mãe quilombola, Tauã abre caminho para que outros indígenas também tenham seus nomes étnicos inseridos em seus registros de nascimento em Brejo e Chapadinha. Mas os pais pontuam que a batalha judicial para a garantia desse direito básico durou mais de um mês e não foi fácil. A decisão favorável a Tauã veio no dia 19 de abril, dia dos povos indígenas¹⁵.

A segunda pessoa a ser registrada como Anapuru no Maranhão também é filha de Gleydson Anapuru e Nonata Belfort Pereira. A criança nascida em 25 de novembro de 2023 foi registrada como Kayan Victor Pereira Anapuru. Para Lucca esta conquista “entra para a história de mais de 500 anos de luta pelo direito à vida e ao território”. Além dos filhos, Gleydson de Castro Oliveira Anapuru também conseguiu inserir seu nome étnico em seu registro civil de nascimento. Após quase um ano de espera, Gleydson, juntamente com apoio da Defensoria Pública de Itapecuru-Mirim- MA conseguiu garantir este direito. Outros indígenas também já conseguiram a inserção do nome étnico, como o seu irmão Jonas de Castro Oliveira Anapuru.

Atualmente a situação do povo em relação aos registros civis estão conforme o quadro abaixo, com informações disponibilizadas pelo próprio povo. No quadro temos informações sobre o ano de entrada no processo, nome da pessoa solicitante, o município onde está sendo solicitado, o tipo de solicitação, o registro ou retificação e a situação do processo.

Ano	Nome	Município/UF	Processo	Situação
2022	Tauã Pereira Anapuru	Itapecuru Mirim/MA	Registro civil de recém-nascido - via ação judicial – Defensoria Pública.	Concluído
2023	Kayan Victor Pereira Anapuru	Itapecuru Mirim/MA	Registro civil de recém-nascido – via cartório	Concluído
2024	Gleydson de Castro Oliveira Anapuru	Itapecuru Mirim/MA	Retificação de registro civil – via defensoria pública	Concluído
2024	Camila Leres Correa Anapuru	Chapadinha/MA	Retificação de registro civil – via defensoria pública	Concluído

¹⁵ <https://cimi.org.br/2022/04/apos-decisao-judicial-crianca-e-registrada-comoindigena-do-povo-anapuru-muypura/>

2025	Jonas de Castro Oliveira Anapuru	Chapadinha/MA	Retificação de registro civil – via defensoria pública	Concluído
2025	Victor Manoel Caldas Pessoa Anapuru	Teresina/PI	Retificação de registro civil – via defensoria pública	Concluído
2025	Joseph Leres Corrêa Anapuru	Chapadinha/MA	Retificação de registro civil – via defensoria pública	Concluído
2025	Maria Isabel Leres Silva Anapuru	Chapadinha/MA	Retificação de registro civil – via defensoria pública	Concluído
2025	Savio Leres Lopes Anapuru	Chapadinha/MA	Registro civil de recém-nascido – via cartório	Concluído
2025	Maria do Carmo Muypurá	Buriti do Tocantins/MA	Registro civil de recém-nascido - via ação judicial - defensoria pública	Concluído
2025	Silas Ferreira da Silva Anapuru Muypurá	Buriti do Tocantins/MA	Registro civil de recém-nascido - via ação judicial - defensoria pública	Concluído
2025	Hulda Ferreira da Silva Santos Anapuru	Brejo/MA	Retificação de registro civil – via defensoria pública	Concluído
2025	Natanael dos Santos Silva Anapuru	Brejo/MA	Retificação de registro civil – via defensoria pública	Concluído

II.VI A mobilização por uma educação escolar Indígena

Ter uma educação escolar indígena também é pauta de reivindicação do povo Anapuru de Brejo e Chapadinha. Para eles, a educação escolar é parte significativa nos processos formativos de sujeitos e uma educação específica voltada para povos indígenas, que considera suas especificidades e direitos é um passo importante na garantia de continuidade do povo.

Nesse sentido, o povo tem mobilizado para dialogar com o Conselho Estadual de Educação Indígena – CEEI/MA e tem encontrado bastante dificuldade para serem

inseridos em espaços de discussão e construção educacionais voltados para povos indígenas.

Em 08 de fevereiro de 2022, o povo Anapuru juntamente com outros povos em processo de Retomada no Maranhão denunciaram, por meio de nota publicada no portal do CIMI/MA, a constante exclusão destes povos em processos de discussão educacional. Na nota de repúdio assinaram os povos: Anapuru Muypurá, Akroá Gamella, Tremembé, Kariú Kariri e Tupinambá¹⁶.

Após muitas insistências o povo Anapuru conseguiu garantir uma vaga no Conselho de Educação Indígena do Maranhão, dessa maneira, o povo e outros povos que também tiveram vaga garantida, conseguiram participar dos espaços de construção voltados para a educação indígena.

Para lideranças do povo, esta conquista é bastante significativa, pois esta instância colegiada estava há mais de 10 anos desativada. Os povos que também estão em processo de retomada e que conseguiram ser inseridos como conselheiros foram: Akroá Gamella, Tremembé do Engenho e da Raposa e Kari'ú Kariri. Para Lucca:

O reconhecimento como povos indígenas, a garantia dos seus direitos e a demarcação dos seus territórios são lutas diárias travadas pelos povos originários no estado do Maranhão. Todavia, as reivindicações, com apoio do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) – Regional Maranhão e outros parceiros da causa indígena, vêm alcançando vitórias para esses povos, como a que garantiu a inclusão dos indígenas em retomada no Conselho de Estadual de Educação Escolar Indígena (CEEI-MA) (ANAPURU, 2024)..

Essas são algumas das dimensões dos enfrentamentos, desafios, ganhos e conflitos de um povo em processo de reafirmação identitária. No próximo capítulo reflito um pouco mais sobre como imagens e produções audiovisuais podem compor esse quadro de lutas e resistências políticas.

¹⁶<https://cimi.org.br/2022/02/indigenas-repudiam-exclusao-de-povos-sem-terrademarcada-do-conselho-estadual-de-educacao-escolar-indigena-no-maranhao/>

Capítulo III. “imagens curam imagens”

Eu tenho certeza de que imagens curam imagens. A gente é muito ingênua, no Brasil, em relação ao poder da imagem. Talvez a maioria do que é colocado como preconceito, principalmente racial, não é colocado em palavras. É colocado em imagens – ou na ausência delas. Não é só ter uma imagem negativa, é não ter as imagens e referências positivas. Isso vai formando um imaginário (Paulino, 2021).

A epígrafe que abre este capítulo foi retirada de uma entrevista concedida por Rosana Paulino ao jornal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2021. Na matéria¹⁷, a artista e pesquisadora paulistana fala sobre sua trajetória até se reconhecer como artista, sobre a produção de seus trabalhos atuais e sobre o papel da imagem nas histórias que desejava contar sobre pessoas negras. Para a artista, a imagem não é neutra: ela “age”, constrói memórias e perpetua violências.

Paulino possui diversos trabalhos que buscam reconstruir a imagem dos corpos negros no Brasil e, ao mesmo tempo, denunciar como mecanismos de poder moldaram visões limitadas e estereotipadas sobre esses corpos, sobretudo os de mulheres. Quando questionada sobre o “débito” da ciência na construção de imagens produzidas acerca de corpos negros — e sobre o motivo pelo qual ela reutiliza essas mesmas imagens de arquivo, como as tipologias fisionômicas outrora empregadas para violentar e segregar, para subverter por meio de intervenções com corações, úteros e raízes — ela responde:

“Eu acho importante que, quando a gente fala do estudo da escravidão no Brasil, perceba que ele sempre esteve muito atrelado a números. Sabe-se mais ou menos quantos milhões de escravizados chegaram ao Brasil, mas eu não estou interessada nessas quantidades. Estou interessada no drama humano. Em como isso ainda se reflete nessa população, nesses descendentes. Eu quero entender o que é você, em um dia, estar no seu grupo social, entre os seus, e, no outro dia, ser sequestrado, ser colocado no fundo de um navio, ser transportado e, ainda assim, chegar em outro país e se refazer. Nós estamos falando de traumas, de perdas, de dor. Eu não estava interessada nos números, porque eu queria essa história individual. Foi a partir daí que eu penso: essa mulher, por exemplo, cuja imagem utilizo, ela teve afetos, ela tem uma cultura, uma língua. Por isso eu trago o coração. É uma maneira — uma cirurgia, como você falou — de devolver essa humanidade que as imagens da ciência, ou melhor, da pseudociência, retiraram desses indivíduos” (Paulino, 2021).

Quando olhamos em retrospectiva para as temporalidades históricas que marcam processos de colonização, violações de direitos e vidas, é comum encontrarmos uma

¹⁷ <https://www.ufrgs.br/jornal/somos-muito-ingenuos-em-relacao-ao-poder-da-imagem-afirma-rosana-paulino/>

grande quantidade de materiais imagéticos produzidos para reforçar esses projetos. Historicamente, imagens foram utilizadas como ferramentas de legitimação de discursos de poder.

Instrumentos como cartas, mapas e fotografias etnográficas foram amplamente empregados para demarcar tipos humanos, sobretudo os tipos não brancos. Em períodos coloniais, esses registros eram feitos principalmente por viajantes e pessoas a serviço de empreendimentos coloniais. O objetivo central desses registros era tipificar e criar categorias de alteridade que justificassem relações de dominação entre raças.

Para o filósofo Achille Mbembe (2015) “os arquivos coloniais”, assim como todos os conjuntos de signos produzidos, cumprem um papel fundamental na manutenção da dominação, que operam através de uma lógica de vida e morte. Para o filósofo, quando se seleciona quais arquivos irão ser arquivados, se escolhe quais sujeitos viverão e quais morrerão a partir das narrativas conservadas. Dessa maneira, para Mbembe, os arquivos são arquitetados, isentos de neutralidade. No caso da imagem, quando se escolhe quais imagens serão mantidas ou extinguidas, se exerce o que poderia se chamar de “necropolítica visual”. *“A melhor maneira de garantir que os mortos não causem desordem não é apenas enterrá-los, mas também enterrar seus 'restos mortais', os 'detritos'”*.

“Os arquivos fazem parte desses restos mortais e desses detritos, e é por isso que eles desempenham um papel quase religioso nas sociedades modernas. Arquivar é uma espécie de enterro, depositar algo em um caixão, se não para descansar, ao menos para consignar elementos daquela vida que não poderiam ser destruídos pura e simplesmente. Esses elementos, removidos do tempo e da vida, são atribuídos a um lugar e a um sepulcro perfeitamente reconhecíveis por serem consagrados: os arquivos. Atribuí-los a esse lugar possibilita estabelecer uma autoridade inquestionável sobre eles e domar a violência e crueldade de que os 'restos' são capazes, especialmente quando abandonados à própria sorte”. (MBEMBE, 2002, p.22).

Ao olharmos para as histórias de pessoas negras e indígenas no Brasil, percebemos que esses recursos imagéticos foram utilizados em larga escala — ora para definir o que esses “tipos” ou “subtipos” humanos eram, ora para afirmar o que eles não poderiam ser, criando e justificando, dessa maneira, hierarquias raciais.

III.I Descolonizando a Memória Social a partir da imagem

Na situação pesquisada, identifiquei desde muito cedo que as lideranças dos Anapuru Muypurá eram conscientes de que a imagem é um forte instrumento de poder, capaz de produzir fortalecimento de uma consciência coletiva e produzir ações de resistência. Isso foi se confirmando a medida do desenvolvimento da pesquisa.

Em 2020, lideranças do povo Anapuru decidiram criar uma página no Instagram¹⁸ para divulgar as ações de mobilizações do povo, como dito, eles já tinham o entendimento do poder da imagem na construção de narrativas. Também já sabiam, a partir de seus próprios conhecimentos, que imagens contam histórias e, nesse sentido, se organizaram para contar as suas. Nas imagens que os Anapuru Muypurá de Brejo e Chapadinha vem mostrando e circulando eles não só contam outras histórias, como também destroem versões de mundo onde as suas existências foram aniquiladas. Nesse sentido, a Retomada e a luta do povo Anapuru Muypurá também são por uma narrativa, por um discurso que reafirma a vida, as suas vidas. Em uma das inúmeras conversas que tive com Lucca Anapuru a esse respeito ele afirma: *“A gente sabia que era preciso minar todos os espaços sociais com imagens e informações sobre a gente, sobre a nossa presença”*, reconhecendo que, se é possível colonizar toda uma memória social através de representações de imagens que reforçam discursos de poder e extinção, é possível desconstruir memórias através de novas narrativas e representações de si e de uma coletividade.

Dessa maneira, Lucca e outros membros do grupo investiram na produção de materiais sobre seu povo, *lives*, artigos, vídeos, fotografias. No processo de Retomada Político Cultural dos Anapuru Muypurá que estou trabalhando as memórias e as imagens ocupam um lugar central. As imagens que estão sendo produzidas e circuladas despertam memórias coletivas localmente e surtem efeito em âmbito nacional.

Na perspectiva dos estudos sobre povos e grupos em situação de emergência identitária é bastante relevante observar como essas narrativas visuais vão sendo criadas, como elas vão ficando a serviço do preenchimento de lacunas sobre um passado que o grupo ou povo não reconhece como sendo seu.

"A história precisa ser reescrita a cada geração, porque embora o passado não

¹⁸ Para conhecer a página acesse:

<https://www.instagram.com/midia.anapurumuypura?igsh=dmFyMG43M2xraDY1>

mude, o presente se modifica; cada geração fórmula novas perguntas ao passado e encontra novas áreas de simpatia à medida que revive distintos aspectos das experiências de suas predecessoras." (Hill, 1987, p. 32.).

No trabalho da Artista indígena Anapuru Muypurá Gê Viana, ela destaca como que é importante recontar outras histórias sobre seus familiares e sobre pessoas negras e indígenas.

Gê, como prefere ser chamada, nasceu em Santa Luzia-MA, é formada em Artes visuais pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e se destacou na cena artística nacional por produzir colagens e fotomontagens que subvertem as narrativas de imagens já conhecidas nacionalmente. Seu trabalho já circulou em importantes espaços de arte nacional, como o Sesc Belenzinho, com o trabalho “Dos Brasis”; bienal das Amazônias em Belém, Museu de Arte do Rio (MAR) com “*Funk: um grito de Ousadia e Liberdade*”, seu último trabalho está exposto na 36º Bienal São Paulo, com o título de “*radiola de promessa*” (2025).

Em conversa gravada com a artista para esta situação de pesquisa, perguntei como se deu seu processo de autoidentificação como indígena Anapuru Muypurá. Em resposta Gê menciona:

“Acho que uma coisa importante para ser pontuada é que eu gosto muito de citar nas minhas falas quando eu vou dar uma palestra ou uma entrevista é que eu não cheguei, não fui eu que cheguei com essa narrativa de dizer que eu sou uma indígena, entendeu? Porque até então me considerava uma mulher negra e sou também uma mulher negra, entendeu? Tenho essa clareza assim. Mas quem trouxe essa narrativa foram os meus antigos, minha avó, minha mãe, minha tia-avó, né? Meu tio, o avô também. É, então eles que contam essa história, né? Dessa relação indígena. E a partir disso eu me relaciono também com esse modo de vida.”

No discorrer da nossa conversa Gê Viana revela como vem sendo construída sua identidade indígena:

“Então, essa questão de autoidentificação é uma coisa que vem já desde quando eu comecei a problematizar minha própria existência mesmo no mundo, assim. Tipo, chega um momento da tua vida em que tu amadurece, né? E quer saber o que aconteceu lá atrás, né? De onde tu vens, quais são as tuas correntes ali, né? De vida, de história. E aí eu comecei a fazer uma investigação mesmo, mais pessoal minha, assim, dentro da minha família. Perguntando, querendo ouvir coisas, questionando de onde minha família veio, perguntando sobre os meus antigos, né? Minha avó, minha tataravó. E, diante das respostas, eu consegui me localizar, localizar minha família dentro de um território, né, que se chama Buruti de Inácia Vais e Piquizeiro, que ambos participam, né, estão dentro desse percurso ali de uma linha territorial ocupada pelo povo Anapuru

Muyapurá. E depois eu fui entender também o processo que aconteceu de deslocamento dentro da minha família. E tem muitas coisas que ainda, claro, não têm resposta, porque os meus antigos também não tiveram essa coisa de perguntar, e a gente sabe que a colonização realmente aconteceu de uma forma tão violenta que muitas pessoas acabaram renegando a própria história, né? A história é muito dolorosa, e alguns também não querem contar, não querem mexer nisso, né, nessa dor. Então, muita coisa que eu sei é do que minha avó, minha tia-avó contam e minha mãe também, né?”. E o meu bisavô contava coisas e histórias para minha mãe, enfim e a partir disso assim essa oralidade foi passando assim dentro da minha família. Então a minha motivação maior para entender esse lugar é muito nítido isso na minha família, porque a própria forma como eles se organizam socialmente, né, da minha família é muito dentro de uma organização também próxima de famílias que vivem dentro desse território.

Para Gê, o entendimento sobre seu pertencimento foi se dando de maneira gradual, a partir dos seus processos investigativos dentro da própria família e a partir da escuta de memórias desses familiares.

“aí eu comecei a entender e a me vincular com esse lugar, com esse território muito mais do que o território de Santa Luzia do Tide, porque a gente sabe que é uma migração forçada. E de fato, se você for, é, se eu for, tipo, entender coisas afetivas, é, coisas que remete a um modo de gesticular com a vida, um modo de se comportar seja ali dentro, ou de uma questão familiar, uma questão econômica, uma questão de natureza, a minha família ela tá muito alocada ali dentro dessas dinâmicas de natureza que é o Buriti de Inácia Vaz, entendeu? [...] Então, eu acredito nessa história, porque existe documento e oralidade, que é o documento maior que existe na vida, tipo, que é a própria oralidade, de que eu pertença a esse a esse lugar, a esse território, a esse povo. Entendeu?”

Nos primeiros trabalhos que marcam esta fase de investigações pessoais de Gê Viana junto aos seus familiares, ela produziu uma série de fotomontagens que intitulou “Paridade”. Nesse trabalho, Gê Viana coloca no mesmo plano fotografias de indígenas de temporalidades históricas distintas, aproximando passado e presente e contrastando paisagens ao misturar cenários urbanos e rurais. A série “Paridade” baseia-se também em imagens feitas pela própria artista em várias localidades do Maranhão, as quais foram sobrepostas a outras. A seguir, algumas imagens disponibilizadas pela artista e outras retiradas de publicações que circularam em sites com trabalhos realizados por ela da série “Paridade”.

Série PARIDADE



“Chão de Terra Batida, Avó Maria Viana, (2020)”





“Dona Mantinha, filha de Maria Brígida, conta a história de Brejo e da escravidão que viveram suas antepassadas da família Anapurus Muypurá, nas proximidades da cidade de Brejo. Devota de vários santos, ela me recebe com esses olhos apertados de curiosidade e uma vontade intensa de falar, de contar suas histórias.

Paridade — Primeira camada: Mantinha, apelido dado por sua mãe por ser muito pequena. Fotografia de Gê Viana, 2020. Segunda camada: Koon-za-ya-me, fêmea águia de guerra — pintura de George Catlin, artista questionado por utilizar indígenas americanos em seus shows, termo designado para suas apresentações-exposição em 1844.



“Paridade”, 2018, fotografia e fotomontagem, primeira camada: “Hildenehomem Sousa”, de Gê Viana, segunda camada: “Little.Big.Man.Oglala.Sioux.”



“Paridade”, 2018, fotografia e fotomontagem, primeira camada: “Maria da Luz”, de Gê Viana, segunda camada: “S.Cheyenne man”, fotografia de Cossand e Mosser, Kansas, 1870



Paridade em memória a família Mauricio_ primeira camada – Maria dos Anjos Mauricio e sua neta Jessica segunda camada ilustração da Família Indiana Caraiba Stefani T. II . Tav. IV Fotografia | Fotomontagem

Assim como Rosana Paulino, o trabalho de Gê Viana recria corpos, rostos e sentimentos. É como se através de suas técnicas de trabalho elas dessem dignidade a esses rostos de pessoas que outrora foram subjugados. E ao mesmo tempo que existe uma ideia de igualdade nas imagens, existe também elementos que nos lembram as disparidades, marcadas sobretudo pelos contextos de produção das imagens. Para Gê Viana, a noção de Paridade está vinculada a visibilidade, identidade, pertencimento e oralidade. Existe uma dimensão simbólica do trabalho de Gê Viana na produção destas fotomontagens que é produzi-las e inseri-las em espaços públicos, praças, muros, centros urbanos e periféricos. Ao fazer isso a artista Anapuru Muypurá provoca avivamento de memórias e identidades. Dessa maneira, seu trabalho é também um trabalho de resistência e denúncia.

Nesse sentido, a produção de imagens aciona possibilidades de autorepresentação e escrita (em sentido figurado e literal) da própria história e torna possível romper com representações coloniais que aprisionam a memória de indígenas e povos tradicionais em um passado mítico, romântico e já extinto ou em vias de extinção. A iniciativa dos Centros de Ciência e Saberes (Almeida, 2017) e os (museus indígenas contemporâneos, discutidos e trabalhados pelo João Pacheco) rompem com esse imaginário colonial, que pensa a memória e os museus conforme os objetivos de representação e afirmação do Estado (colonial).

Como apresentado no capítulo anterior, a mobilização política dos Anapuru Muypurá é também contra narrativas de extinção e apagamento, Martins (2017) no livro *Museus Indígenas Centros de Saberes*, comenta sobre a luta, em certo sentido, semelhante dos Tremembé da Raposa:

“A exposição de objetos dos Tremembé da Raposa está referida aos seus sucessivos deslocamentos sem prescindir de elementos atuais, relacionados às suas estratégias de manutenção no município da Raposa. Atualmente os Tremembé da Raposa têm 26. Para melhores informações consultar: PEREIRA JÚNIOR, Davi. *Quilombos de Alcântara: Território e Conflito – intrusamento do território das comunidades quilombolas de Alcântara pela empresa binacional, Alcântara Cyclone Space*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009. 27. Ao longo dos anos de reivindicação do território quilombola de Alcântara o advogado Danilo Serejo tem ministrado cursos sobre legislação promovidos pelo MABE, STTR e com apoio do PNCSA. 141 MUSEUS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS: CENTRO DE CIÊNCIAS E SABERES dificuldade de reconhecimento como indígenas pelo

Estado. Para serem reconhecidos, do ponto de vista institucional, eles precisariam “dançar uma dança Tremembé”, ter um ritual identificado como “tradicional” e objetos que comprovassem uma “ancestralidade”. Uma exigência que desconsidera o modo de vida dos agentes sociais. Para Rosa Torres, da etnia Tremembé e atualmente discente do PPGCSPA “os Tremembe não perderam nada e fica difícil essa exigência do Estado de sermos iguais e termos os mesmos elementos dos Tremembé do Ceará.” (Martins, 2017.P141).

Neste artigo Cyntia Carvalho Martins expõe como os Tremembé da Raposa-MA elaboram no presente discursos sobre os diversos conflitos que enfrentam na luta por reconhecimento identitário.

“Sobre eles são elaboradas falas nas quais eles não se reconhecem. O Estado fala sobre eles como se estes tivessem perdido a sua cultura. Para os Tremembé da Raposa houve uma recriação e os objetos que representam sua identidade nem sempre estão vinculados ao passado. Um exemplo é a chamada tapioqueira que compõe a Exposição e foi inventada pelo Tremembé Durval Torres que atualmente vende tapioca, pipoca e caldo de cana na Raposa”. (MARTINS, 2017 P.141).

Ao analisar a relação entre a Exposição e as formas de mobilização dos agentes sociais, o artigo de Cynthia Martins evidenciou a presença de diferentes modos de expressar identidades e reivindicar direitos. Esses processos reforçam a valorização da diferença e colocam em xeque os mecanismos de dominação do mercado, que tendem a individualizar aquilo que, na prática, é fruto de dinâmicas coletivas.

A vivência etnográfica realizada no contexto do Projeto associado à Exposição tornou possível reconhecer formas diversas de luta, muitas vezes não identificadas pelo Estado como mobilizações políticas e que, quando alcançam visibilidade, surpreendem tanto pela sua força quanto pelos elementos inesperados que revelam. (MARTINS,2017). Para a pesquisadora:

“[...] Os próprios momentos rituais são acompanhados de uma inserção da dimensão política nos espaços sagrados. E, dessa forma, abre-se a possibilidade de pensar a política fora de uma padronização considerada legítima e no âmbito de relações sociais específicas que lhes confere um simbolismo coadunado com as práticas dos agentes sociais representativos dos povos e comunidades tradicionais”. (MARTINS, 2017. P.143).

III.II Imagens da retomada. Caderno Fotográfico

“Uma imagem para quem sabe é muita coisa. Para quem respeita”
Anacleto Pires *in memoriam*, maio de 2024

A produção deste caderno fotográfico constitui mais um elemento dentro da história narrativa que se quer contar sobre o povo Anapuru Muypurá de Brejo e Chapadinha. A narrativa visual que se pretende visibilizar no tempo presente é de valorização da memória, saberes e afetos do povo.

Os registros aqui apresentados foram produzidos por mim em contexto de pesquisa de campo e por membros do próprio grupo em situações de mobilização e vivências cotidianas do povo. Ao reunir registros produzidos em diferentes contextos de sociabilidade este caderno busca evidenciar as subjetivadas do povo Anapuru Muypurá do Baixo Parnaíba Maranhense e a importância desses registros para a compreensão das dinâmicas contemporâneas de afirmação identitária e de reconstrução histórica desse povo.

As fotografias apresentadas não se limitam a ilustrar práticas socioculturais: elas funcionam como dispositivos analíticos capazes de revelar tensões, estratégias e rearranjos que marcam a experiência Anapuru Muypurá diante de estruturas de poder que historicamente produziram silenciamentos. Nesse sentido, o material visual permite observar como a memória — longe de ser um acervo estático — opera como campo de disputa e instrumento político fundamental na reatualização de territorialidades, cosmologias e formas próprias de organização social.

Assim, este caderno fotográfico propõe-se como um instrumento de registro, análise e visibilidade, contribuindo para o reconhecimento da complexidade dos processos de retomada Anapuru Muypurá e para o fortalecimento de narrativas que emergem de seus próprios agentes sociais



Fotografia 01: Dois indígenas autoidentificados como Anapuru segurando os retratos de seus pais Raimunda e Raimundo Anapuru (in memoriam). A fotografia foi produzida por Gleydson de Castro Anapuru (Lucca) em 2022, quando fazia levantamento da memória social indígena de Brejo. Em 2022 também visitei o casal de irmãos para pesquisa de documentário. Na ocasião não realizei nenhum registro de imagem deles.



Fotografia 02: Dois indígenas Anapuru Muypurá de Brejo em participação de evento para a preparação da Romaria dos Povos ocorrido em maio de 2024. A pessoa com microfone em mãos é Marcio Saraiva Anapuru, discorre sobre o processo de retomada política e afirmação identitária de seu povo. A criança ao lado é Vitória Anapuru, neta de Dona Dorzinha. A fotografia foi retirada por mim, quando estive no território para realizar campo para o mestrado.



Fotografia 03- quatro mulheres indígenas moradoras do Bairro “Morro do São João, em Brejo. A senhora de vestido de “oncinha” é dona Chica, irmã de dona Dorzinha, com suas duas filhas e sua neta no I Encontro do Povo Anapuru Muypurá intitulado de: “Cavacando Memórias, Retomando a Terra” e II Seminário dos Povos Originários em Processo de Retomada, Brejo - MA. Fonte: acervo do povo/Lucca Anapuru.



Fotografia 04- esta fotografia foi realizada na mesma situação da “03”, no registro aparecem as Jovens Camila Leres Correa (Chapadinha-MA), Vitória Anapuru, neta de Dona Dorzinha (Morro do São João, Brejo - MA) e Victor Manoel Pessoa Caldas Anapuru (Santa Quiteria - MA/Teresina - PI). **Fonte:** arquivo do povo.

O 1º Encontro do Povo Anapuru Muypurá “**Cavacar Memórias, Retomar a Terra**”, em Brejo - MA foi realizado nos dias 11 a 13 de agosto de 2021. Em paralelo ao II Seminário Povos Originários em Processo de Retomada que ocorria em formato online e organizado pelo CIMI/MA. O encontro aconteceu de forma presencial em Brejo para que pudesse somar a atividades do CIMI e ouvir os indígenas que queriam se manifestar e contar suas narrativas. Para isso, foi organizado rodas de conversas no formato presencial. O encontro se encerrou no terceiro dia com uma roda de cultural debaixo de uma árvore com realização de pinturas corporais e Toré com cânticos que saudavam a memória do povo.¹⁹

¹⁹ <https://cimi.org.br/2021/08/encontro-virtual-indigenas-debatem-processoretomada-maranhao/>



Fotografia 05- Indígena Anapuru, “Bezinho”. Pai de Mízia e avô de Isabel. Este registro foi feito no mesmo contexto da fotografia “02”. Na ocasião seu “Bezinho fazia relato de suas memórias e afirmou sua identidade indígena publicamente. O registro fotográfico é meu em contexto de realização de trabalho de campo junto aos Anapuru Muypurá de Brejo. Seminário em Preparação a 14ª Romaria da Terra e das Águas, em Brejo - MA 18 e 19 de maio de 2024 Povo Anapuru Muypurá Indígenas do povo Anapuru Muypurá participaram do Seminário em Preparação a 14ª Romaria da Terra e das Águas, realizado em Brejo - MA, com o objetivo de olhar as realidades das comunidades, aprofundar o tema e lema da romaria e buscar caminho de justiça e esperança.



Fotografia 06- Seu "Bezinho" e sua neta Isabel, em sua casa no bairro "Zé Gomes". O registro foi feito quando realizava entrevista para a pesquisa de mestrado em 2024. Na fotografia ele está usando roupas da roça, atividade que estava realizando antes da entrevista.



Fotografia 07- Indígena Anapuru Mízia Florência, filha de seu Bezinho e mãe de Isabel. Este registro foi produzido em contexto de trabalho de campo para o mestrado. Atualmente Mízia enfrenta batalha judicial para garantir registro do nome étnico no seu registro de nascimento e de sua filha Isabel. O processo se encontra em aberto, mas Mízia se mostra esperançosa, pois outros membros do grupo conseguiram esta conquista. Em diálogo com Mízia sobre o que significava a Retomada Anapuru para ela respondeu **“retomada significa pra mim reconquista da história da minha família”**.



Fotografia 08- Indígena Anapuru sendo vacinada pelo plano de vacinação voltado a povos indígenas em Brejo. **Fonte:** Arquivo do povo/Lucca. Até conseguirem ser vacinados pelo Plano, os indígenas Anapuru Muypurá em retomada precisaram fazer muitas denúncias.



Fotografia 09- Dona Luiza Saraiva, avó da liderança Marcio Saraiva. Moradora do bairro da ladeira de Santana em Brejo-MA. Considerada pelo povo como uma das guardiãs da memória ancestral do povo Anapuru Muypurá e dos encantados. O registro fotográfico foi realizado por mim em 2022, no contexto de gravação do filme “Brotos Originários”.



Fotografia 10- Márcio e sua avó Luiza. Fotografia retirada por mim no mesmo contexto da “08”.



Fotografia 11- Lucca na fonte sagrada do povo Anapuru Muypurá em Chapadinha-Bairro Aldeia. Registro feito por mim no contexto de gravação de Brotos Originários



Fotografia 12- Indígena Anapuru, “Eudy” tomando banho em rio Local. Avó materna de Lucca Anapuru. **Fonte:** Arquivo do povo.



Fotografia 13- Indígena Anapuru, Deuzuilla Machado de Chapadinha-MA segurando em seus braços seu “tataraneto” Tauã Anapuru, primeira criança indígena registrada com nome da etnia. Foi a partir das memórias de dona Deuzuila que o povo em processo de Retomada começa a se organizar politicamente. Deuzuila é mãe de dona Eudi. **Fonte:** Arquivo do Lucca.



Fotografia 14- Lucca sendo gravado para o documentário Brotos Originários em 2022, no quintal de sua casa. Foto produzida por mim em 2022.



Fotografia 15- Maria das Dores, dona "Dorzinha". Moradora antiga do bairro "Morro do São João. Principal referência dentro de Brejo na luta do povo Anapuru Muypurá. Registro produzido no contexto de gravação de "Brotos Originários" em 2022.



Fotografia 16- Dona Dorzinha e sua Neta Vitória, ambas gravando para o filme documentário "Brotos Originários".



Fotografia 17- indígena Anapuru dona "Chica" com rosto pintado de Urucum. D. Chica é irmã de dona Dorzinha. Moradora de Brejo. Este registro foi feito no mesmo contexto das fotografias “03” e “04”. **Fonte:** Arquivo do povo/Lucca.



Fotografia 18- Encontro de amigas, dona dorzinha e suas companheiras de Brejo. **Fonte:** arquivo do povo/Lucca.



Fotografia 19- Indígena Anapuru Larissa, dando entrevista para o documentário "Brotos Originários"- em Brejo. Larissa é prima de Marcio e neta de dona Luiza.



Fotografia 20 - Indígena Anapuru, conhecido como "seu Tonho Cantador".
Fonte: arquivo do povo. Produzida em 2023.



Fotografia 21- *"Minha origem não é de francês, nem de português. Minha origem é dos índios".* Na fotografia segurando um pote de barro aparece o indígena Anapuru conhecido como "Zé Bento", guardião de saberes ancestrais e artesão do barro. O pote que ele segura foi feito por ele há mais de 30 anos, disse ter apreendido moldar potes alguidar e quartinhas com sua avó, Francisca Lopes do Nascimento. Seu "Zé" mora na comunidade de nome "Olaria", em Brejo (MA). Além de artesão, seu Zé é agente comunitário de saúde. No passado a comunidade de seu "zé" abrigava a olaria da aldeia Brejo dos Anapurus. As informações aqui expostas foram baseadas no trabalho de pesquisa e campo realizado por Lucca Anapuru, em 2022.



Fotografia 22- Benzedor Diarroz, em sua casa concedendo entrevista para esta pesquisa. Na ocasião seu "Diarroz" explicava o motivo do nome e como se deu seu ofício de benzedor de Brejo. Fotografia produzida por mim em maio de 2024.



Fotografia -23, 24 e 25: *“Eu faço isso desde os cinco anos de idade. Aprendi sozinha. Minha mãe fazia era rede; eu faço tapete e rede.”*



Fotografia -23, 24 e 25: Nas três fotografias referenciadas aparece a indígena Doraci produzindo tapetes de fibra de buriti. Dona Doraci, como é comumente chamada, mora no bairro “Zé Gomes” em Brejo. Os registros foram feitos em 2024, durante trabalho de campo.



Fotografia - 23,24 e 25: Os tapetes produzidos por dona Doraci são sua principal Fonte de renda. Com ele ela sustenta sua família. Geralmente esses tapetes e redes são vendidos em Teresina-PI. Pois acredita que neste estado sua produção artesanal é mais bem valorizada.



Fotografia 26- Registro da Pedra Pião Utilizada no século XVIII para demarcar o território dos indígenas Anapuru no Maranhão. Esta pedra é a mesma que dona Dorzinha faz referência em sua entrevista. A pedra se encontra na lateral da igreja matriz de nossa Senhora da Conceição em Brejo. Este registro foi feito por mim em 2022, durante pesquisa de campo para a produção do documentário *Brotos Originários*. Na ocasião eu estava acompanhada por Lucca e Marcio Anapuru.



Fotografia 27- Monumento em homenagem ao Povo Anapuru em Brejo, este registro foi feito por mim no contexto de produção do Filme Documentário *Brotos Originários*, em 2022.



Fotografia 27 e 28- Registros da cidade de Brejo e da igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Registros feitos por mim em 2024 em contexto de trabalho de campo.



Fotografia 27 e 28- Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Em sua lateral está a pedra Pião do Povo Anapuru Muypurá



Fotografia 29 e 30- Registros de placas de rua de Chapadinha, os registros foram feitos em contexto de trabalho de campo. A observação era a permanência do nome aldeia para designar o bairro da cidade.



Fotografia 29 e 30- Registros de placas de rua de Chapadinha, os registros foram feitos em contexto de trabalho de campo. A observação era a permanência do nome aldeia para designar o bairro da cidade. No passado este bairro era reduto de aldeias de indígenas Anapuru.



Fotografia 31- Grafite em terminal rodoviário de Chapadinha-MA. O grafite foi feito por artista local para homenagear a identidade da cidade. Na imagem aparecem elementos que remetem aos babaçuais, abundantes na região, aos povos indígenas e uma mulher negra segurando um bebê em seu colo. No passado a região era denominada de “Chapada das Mulatas”. O Registro foi realizado em 2022, em contexto de gravação de Brotos Originários.

Considerações Finais

Neste trabalho buscou documentar e analisar o processo de emergência identitária do povo Anapuru Muypurá no Baixo Parnaíba Maranhense, considerando que este processo não se resume a um resgate de um passado distante, mas se configura como um levante político, cultural e espiritual. Com destaque para as memórias, os processos de mobilização e reorganização política do povo. Dessa maneira, foi possível evidenciar que a afirmação de identidade do povo Anapuru Muypurá não é um “vestígio” de um passado que não existe mais, em que o povo precisou juntar vestígios de elementos que comprove um vínculo com a unidade social específica reivindicada, mas uma presença viva e em transformação.

Uma das bases desse trabalho foi a utilização do audiovisual como ferramenta metodológica e de luta. O documentário “Brotos Originários” não foi apenas um produto de pesquisa junto ao povo Anapuru Muypurá, mas um ponto de partida, que em atualidade funciona como um instrumento para “minar” os espaços sociais com a presença indígena Anapuru Muypurá e despertar a memória coletiva local. Além disso, utilizando da máxima de Rosana Paulino “*imagens curam imagens*”, é possível dizer que este estudo demonstrou que a produção de novas narrativas visuais é capaz de subverter o imaginário de extinção, devolvendo a dignidade a rostos e histórias que o Estado e a historiografia oficial tentaram apagar, capaz de gerar sentimento como orgulho.

Como dito anteriormente, a presença indígena no nordeste brasileiro foi sistematicamente negligenciada e considerada por muitos estudiosos como “sobra cultural”. Contudo, como demonstra o próprio percurso dos Anapuru Muypurá, a identidade indígena não nasce à parte da história, ela se constrói dentro dela, nas encruzilhadas das relações de poder, nas mudanças, deslocamentos e sobretudo nas resistências.

Nesse sentido, Oliveira (2016) nos ajuda a perceber que o pertencimento indígena vai além da posse física da terra: trata-se de um processo de territorialização, que também é simbólico, afetivo e político. Nos territórios onde hoje vivem os Anapuru Muypurá, nos municípios de Brejo e Chapadinha, a cidade e o campo se misturam, assim como as memórias familiares, os saberes tradicionais e as marcas das violações de direitos. Mesmo diante da urbanização dos espaços e das fronteiras sociais que tentam afastá-los de uma suposta “imagem ideal” de indígena, o trançado do tucum, os tapetes de buriti, as redes, as conversas ao pé do fogão ou embaixo das árvores seguem sendo práticas que mantêm viva a relação com o território, com os antepassados e com a coletividade.

Para Oliveira a “*viagem da volta*”, é uma metáfora que traduz o movimento desses povos em direção à sua ancestralidade, mas sem cair em idealizações românticas e ilusórias de um retorno intacto ao passado. No caso dos Anapuru Muypurá, essa viagem se materializa nas mobilizações políticas, nos encontros comunitários, nas conversas com os mais velhos e no resgate das tradições. É nessa dinamicidade da vida que eles afirmam e (re)constroem sua identidade.

A trajetória da própria pesquisadora, marcada pelo exercício da autoanálise, revelou-se indissociável do fazer etnográfico. O reconhecimento de que as subjetividades e as experiências pessoais atravessam a pesquisa e permitiu uma aproximação mais ética e comprometida com os Anapuru Muypurá, fugindo da ideia de perda cultural ou busca pelo “exótico” e focando no drama humano e nas resistências coletivas contemporâneas.

Os resultados da mobilização do povo Anapuru Muypurá de Brejo e Chapadinha já são palpáveis. A exemplo da inclusão do povo Anapuru Muypurá no Censo do IBGE de 2022, a conquista do direito ao registro do nome étnico em cartórios e a ocupação de assentos em conselhos de educação escolar indígena são provas de que o povo está ocupando o seu lugar de direito nas instâncias de poder. Como o próprio nome “Brotos” sugere, trata-se de ressurgimento do povo a sociedade, mesmo que este nunca tenha desaparecido.

Em última análise, este estudo reafirma que a memória é uma ferramenta antiga de comunicação popular e uma estratégia de resistência política fundamental. A antropologia, ao se debruçar sobre esses processos de etnogênese, cumpre seu papel de compreender a diversidade humana em sua plenitude, reconhecendo que a identidade indígena no Nordeste não foi apagada, mas sim silenciada — e agora, através de vozes como as de Dona Dorzinha, Lucca e tantos outros, ela volta a ecoar com força, recusando-se a ser “sonogada”.

Este trabalho não encerra a discussão, mas se oferece como mais uma ferramenta na luta dos Anapuru Muypurá e como um convite para que a academia continue a desafiar seus próprios modelos tradicionais em favor de uma ciência que não perpetue violências, mas que celebre a vida e a continuidade dos povos originários.

Referências bibliográficas

AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. **Mana**, v. 7, n. 2, p. 7–33, 2001.

AGUIAR, Priscila (Dir.). **Brotos originários**. Documentário. Maranhão: Coletivo Anapuru Muypurá, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N0kB4Xl2owg>. Acesso em: 10 jul. 2025.

AHLERT, Martina. **Encantoria: uma etnografia sobre pessoas e encantados em Codó (Maranhão)**. Curitiba: Kotter Editorial, 2021.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras indígenas e territórios tradicionais**: da ideologia do progresso ao etnodesenvolvimento. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

ALMEIDA, Alfredo W. et al. (orgs.) **Museus indígenas e quilombolas: centro de ciências e saberes**. Manaus: UEA Edições/ PNCSA, 2017. 392 p.

ARRUTI, José Maurício Andion. **Morte e vida no Nordeste Indígena**: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. *Estudos Históricos*, v. 8, n. 15, p. 57–94, 1995.

BANIWA, Gersem Luciano. Movimentos e políticas indígenas no Brasil contemporâneo. **Tellus**, Campo Grande, ano 7, n. 12, p. 127–146, abr. 2007.

BARROS, S. C. **Encantaria de Barbara Soeira**: a construção do imaginário do medo em Codó-MA. 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, 2000.

BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras**: a organização social da diferença cultural. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de autoanálise**. Tradução de Sergio Miceli. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 jul. 2025.

CAMPOS, R. L.; OLIVEIRA, J. V. de. A imagem como política: o audiovisual indígena no Brasil contemporâneo. **Revista Estudos e Pesquisas em Educação**, v. 17, n. 2, p. 87–105, 2021.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade étnica, identificação e manipulação. In: _____. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976. p. 117–131.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CIMI. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – dados de 2023**. Brasília: Cimi, 2024.

GALLO, Silvio. **Filosofia da diferença: identidade, alteridade e resistência**. Campinas: Autores Associados, 2014.

GRUPIONI, Luís D. B. **Povos indígenas e o direito à imagem: entre a invisibilidade e a autoria**. São Paulo: UNESP, 2018.

HILL, Christopher. **O mundo de ponta cabeça**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Diário de campo nas ilhas Trobriand (1914–1918)**. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MBEMBE, Achille. “Provisional Notes on the Postcolony.” *Africa: Journal of the International African Institute*, vol. 62, no. 1, 1992, pp. 3–37. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/1160062>.

MBEMBE, Achille. **The Power of the Archive and its Limits**. In: *Refiguring the archive*. Springer, Dordrecht, 2002. p. 19–27.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018. 80 p. ISBN 978-85-6694-350-4

MELO, Vanice Siqueira de. **Cruentas Guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII)**. 2011. 156 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Ensaio em antropologia histórica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, v. 4, n. 1, p. 47–78, 1998.

PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. **Ponto Urbe**, v. 2, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.1890>. Acesso em: 08 set. 2025.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonialismo, quilombos: modos e significações. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (org.). **Territorialidades e territorializações: perspectivas multidisciplinares**. Manaus: UEA Edições, 2015. p. 123–140.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. A etnogênese contemporânea e os direitos indígenas. In: GRUPIONI, Luís D. B. (org.). **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. Brasília: MEC/SECADI, 2014. p. 55–74.

Sites:

<https://www.ufrgs.br/jornal/ilustracoes-veiculadas-no-ju-integram-exposicao-na-ufespa/>
(site-acessado em 02-12-2025)

https://www.premiopipa.com/2020/11/ocupacao-finalistas-2020-ge-viana/?utm_source=chatgpt.com – acessado em 03-12-2025

<https://www.brejo.ma.gov.br/noticias/noticias/exibe/0030418-indigenas-deetnia-anapuru-muypura-sao-imunizados>